PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O CAMINHO DE SANTIAGO E AS PEREGRINAÇÕES 2020

MEMÓRIA FINAL CIENTÍFICO-TÉCNICA DE RESULTADOS

"O PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL (PCI) JACOBEU NO CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO DE COMPOSTELA (CPIS)"

Ref./Cód. Organismo: 2020

Prof. Dr. Xerardo Pereiro

"Professor Associado com Agregação" da Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real – Portugal

Correio eletrónico: xperez@utad.pt

Dr. Pedro Azevedo

Assistente convidado da Escola de Ciências Humanas e Sociais (ECHS) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real – Portugal

Correio eletrónico: pedroazevedo@utad.pt

Data de entrega do relatório: 30 de abril de 2021

ÍNDICE

Resumo	5
Introdução	6
1. Enquadramento teórico: Do PCI ao PCI jacobeu	10
2. Metodologia	16
3. O contexto territorial do CPIS (Caminho Português Interior de Santiago de Compostela)	19
4. Caraterização das etapas do CPIS	27
4.1. Classificação e descrição das etapas – troços do CPIS	29
5. Os patrimónios culturais do CPIS	48
5.1. A legislação do património cultural em Portugal e o seu registo no CPIS	49
5.2. O PCI jacobeu no CPIS	66
6. Conclusões: Reflexões sobre o potencial do PCI jacobeu.	85
Bibliografia citada	93

Índice de Figuras

Figura 1- Alunos e docentes de Turismo da UTAD após a chegada da peregrinação a Santiago de Compostela, 9 de abril de 2010 19
Figura 2: Representação do trajeto do Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS) 25
Figura 3: Territórios administrativos que atravessa o CPIS 26
Figura 4: Percurso do CPIS 27
Figura 5: Trajeto do Caminho Português Interior de Santiago de Compostela 28
Figura 6: Localização do património cultural jacobeu (igrejas e capelas) ao longo do CPIS 55
Figura 7: Imagem da Erva de Santiago 76

Índice de Tabelas

Tabela 1: População dos municípios do CPIS em 2019 20
Tabela 2: Distribuição por setores produtivos da população empregada nos municípios do CPIS em 2011 20
Tabela 3: Alojamento hoteleiro dos municípios do CPIS em 2017 21
Tabela 4: Alojamento turístico dos municípios do CPIS em 2019 23
Tabela 5: Etapas definidas no guia-livro de Arlindo Cunha (1995) 30
Tabela 6: Etapas do CPIS definidas no estudo do Eixo Atlântico 2015 36
Tabela 7: Etapas oficiais do CPIS 43
Tabela 8: Caraterísticas gerais dos troços do CIPS percorridos pelo investigador 45
Tabela 9: Bens culturais classificados no CPIS por categorias segundo a Lei 107/2001 49
Tabela 10: Identificação de património cultural imobiliário jacobeu no CPIS ... 51
Tabela 11: Identificação de antigas igrejas e capelas de Santiago no CPIS 55
Tabela 12: Iconografia escultórica de Santiago no CPIS 58
Tabela 13: Pinturas murais jacobeias no CPIS 60
Tabela 14: Topónimos de São Tiago – Santiago encontrados no CPIS 71
Tabela 15: Freguesias e paróquias atravessadas pelo CPIS e os seus oragos 72
Tabela 16: Eventos festivos jacobeus no CPIS 78
Tabela 17: Património natural existente ao longo do CPIS 82

RESUMO

O “Caminho Português Interior de Santiago” (CPIS) percorre 214 quilómetros de Viseu até Chaves, no território português, e 182 desde a fronteira com a Galiza (Vilarelho da Raia) até Santiago de Compostela, utilizando a Via da Prata ou o Caminho Moçárabe (Verín – Ourense – Santiago de Compostela). O CPIS apresenta uma particularidade diferencial em relação a outros caminhos de Santiago, que é o facto de ser uma via de sentido duplo, permitindo aos peregrinos caminhar a Santiago de Compostela ou a Fátima (centro de Portugal) em sentido inverso para Sul. O CPIS é um percurso de origem medieval (cf. Cunha, 2005) e que atravessa os municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves (cf. Tranoy, 1981; Baquero Moreno, 1986; Brochado de Almeida e Brochado de Almeida, 2011; Eixo Atlântico, 2015; Almeida Fernandes, 2014; 2018). O CPIS atravessa 108 paróquias e é atualmente um dos 5 caminhos portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela propostos pelo Ministério de Cultura de Portugal para adquirir o reconhecimento de património mundial pela UNESCO (Pereiro, 2019; 2020). A rota do CPIS está atualmente a ser recuperada pelas autarquias portuguesas, com liderança da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar. Ao longo deste texto mostramos o PCI (património cultural imaterial) jacobeu do CPIS e as suas potencialidades de desenvolvimento. A metodologia central deste relatório teve como base um trabalho de campo antropológico antes da situação pandémica do COVID-19 e mais tarde desenvolvemos uma análise documental exaustiva, grupos de debate e entrevistas com agentes sociais do CPIS. Os resultados apurados mostram, de forma exploratória, a importante existência de um PCI jacobeu no Norte de Portugal.

Santiago de Galicia,
espello de Portugal:
Axudádeme a vencer
Nesta batalla real
(Cantiga popular publicada em Fraguas, 1989: 27)

Os caminhos de Santiago de Compostela têm como antecedentes os antigos viajantes que se deslocavam para o que se imaginava como o "fim da terra", na Galiza (Cunha, 2005), e que hoje em dia converteram-se num modelo global de desenvolvimento de rotas turístico-culturais (Margry, 2008). Os caminhos de Santiago representam um símbolo da identidade europeia e também uma estratégia de desenvolvimento turístico local, regional, nacional e internacional (Lois González et al., 2014; Torres Feijó, 2019). Eles transformam as paisagens e a vida das comunidades por onde passam, como assim está a acontecer no interior norte de Portugal (cf. Vale, 2011).

No caso do CPIS, apresenta-se como um caminho de Santiago com uma longa história, como demostraremos a seguir (cf. Brochado de Almeida et al., 2007) e a sua revitalização contemporânea é feita recentemente, mais concretamente no século XXI (Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, 2021), e teve como inspiração: a) um livro do professor Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha (1995) sobre a história dos caminhos portugueses de Santiago; b) uma caminhada feita num troço deste caminho em 2000 desde Cidadela de Aguiar até Sabroso de Aguiar; c) uma exposição de fotografias sobre os caminhos jacobeus realizada em Vila Pouca de Aguiar no ano de 2011; d) a assinatura, em 7 de abril de 2011, de um protocolo de cooperação entre os municípios que atravessa o CPIS para homogeneizar a sinalética da rota.

Portanto, foi a partir dos inícios do século XXI que se iniciou uma colaboração muito estreita entre os municípios portugueses que a rota

atravessa, para criar um produto-experiência-itinerário de turismo de peregrinação (cf. Pereiro, 2018; 2019). São oito os municípios portugueses envolvidos neste projeto: Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. A liderança do projeto é da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, mas em realidade e na prática existe o que os tempos democráticos modernos exigem, uma coliderança na gestão da rota.

O primeiro passo deste projeto de cooperação intermunicipal e transnacional foi identificar, com bases históricas, o traçado da rota. O segundo passo foi sinalizar a rota, e o terceiro foi a criação de "albergues" para hospedar os peregrinos a cada 30-35 quilómetros. Em 24 de abril de 2012 celebrou-se a primeira caminhada oficial desta nova etapa de revitalização do CPIS. Sublinhar também que o projeto CPIS está integrado numa rede de cooperação internacional dos caminhos de Santiago (Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, 2016) e na mais recente Federação Portuguesa do Caminho de Santiago. Nas palavras de uma das suas responsáveis: "O Caminho Interior Português é um caminho recente… o objetivo é não criar um produto de massas… é perigoso" (Catarina Chaves, 06-04-2016, conferência na UTAD em Vila Real). O CPIS é hoje a única rota portuguesa classificada pelo Instituto dos Itinerários Culturais Europeus do Conselho de Europa, desde o ano 2014 (Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, 2021: 6).

Mas apesar desse processo de revitalização do CPIS, o peso da sua importância percecionada pelos comerciantes de comunidades como a de Chaves tem pouca expressão na identidade da cidade (Gonçalves de Freitas, 2018; Gonçalves de Freitas, Pazos-Justo e Samartim, 2021). Noutro nível que também afeta o CPIS, o governo português aprovou em 7 de fevereiro de 2019 um decreto-lei (Decreto-Lei nº 51/2019 de 17 de abril, Diário da República 1ª série, nº 76, de 17 de abril, pp. 2172-2178 ver https://dre.pt/application/conteudo/122124252) que visa regular a valorização e promoção dos caminhos de Santiago em Portugal, a criação de uma Comissão de Coordenação dos Caminhos de Santiago em Portugal e também estabelece

os critérios aplicáveis à certificação destes percursos em harmonização com a Junta da Galiza. O objetivo é “estabelecer critérios comuns para o reconhecimento, salvaguarda, valorização e promoção do Caminho de Santiago em Portugal, através de um procedimento de certificação, sob a égide de uma estrutura de coordenação de âmbito nacional" (cf. https://www.cmjornal.pt/cm-ao-minuto/detalhe/governo-cria-comissao-de-coordenacao-dos-caminhos-de-santiago). Isto vinha sendo exigido pelos municípios portugueses, incluindo os do CPIS. O Decreto também prevê a criação de um Conselho Científico do Caminho de Santiago.

Este Decreto-Lei reconhece que nos caminhos de Santiago há duas vertentes fundamentais: a) a religiosa e espiritual; b) a de encontro cultural. Por outro lado, divide as funções e tarefas da administração pública portuguesa em duas, por um lado a da salvaguarda, atribuída à Direção Geral do Património Cultural (DGPC) sob a tutela do Ministério da Cultura, e por outro a da promoção, da responsabilidade do Turismo de Portugal, organismo tutelado pelo Ministério de Economia. Ambos criaram um órgão de coordenação nacional dos caminhos, um conselho consultivo e uma comissão de certificação. Relativamente ao Conselho Consultivo, na linha “m” do artigo 1, reconhece a integração neste Conselho de “um representante da Sociedade Anónima de Xestión do Plan Xacobeo”, instituição dependente da Junta da Galiza. Este registo jurídico acaba por reconhecer a importância da experiência galega na gestão dos caminhos de Santiago.

O Decreto também estabelece o procedimento de certificação dos caminhos de Santiago em Portugal, as regras de sinalização que vão de encontro ao caráter universalista dos caminhos jacobeus, uniformizando estas em articulação com a Galiza, e as orientações para o plano de gestão e de valorização do itinerário. De interesse também, ao nosso ver, é o Anexo I, relativo aos critérios aplicáveis à certificação:

a) Uso histórico;

b) Uso alternativo: relacionado com os motivos de segurança, atratividade da paisagem, proximidade a pontos de interesse, equipamentos de apoio, entre outros;
c) A natureza supramunicipal do acordo;
d) A delimitação cartográfica;
e) A garantia do direito de passagem;
f) Identificação, caraterização e justificação do património cultural e natural associado;
g) Identificação da identidade gestora;
h) Identificação das condições de segurança;
i) Transitabilidade durante todo o ano;
j) Sinalização;
k) Equipamentos de apoio aos peregrinos a cada 20 kms (dormir, comer, banho), pontos de descanso com sombra e mais água potável a cada 10 kms;
l) A existência de um plano de gestão e valorização.

A aplicação deste Decreto está a mobilizar diversos agentes para o estudo e para a valorização de diferentes itinerários dos caminhos em todo o território português. O primeiro caminho certificado foi o Caminho Português de Santiago Central do Alentejo e Ribatejo (https://www.caminhosdesantiagoalentejoribatejo.pt/), com uma extensão de 435 quilómetros divididos em 19 etapas e que atravessa 16 concelhos. A certificação foi atribuída através de uma portaria conjunta, já publicada em Diário da República (Portaria nº 120/2021, de 15 de março, https://dre.pt/application/conteudo/159332908), das secretarias de Estado do Turismo e Adjunta e do Património Cultural, em resposta a uma candidatura apresentada pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo.

O enfoque teórico e metodológico deste trabalho de investigação foi fundamentalmente antropológico, e teve como base a etnografia documental e entrevistas com agentes sociais do CPIS. Com as limitações de tempo e de

mobilidade determinadas pela situação pandémica do COVID-19, restaram-nos mais e melhores resultados e, portanto, este relatório constitui um trabalho exploratório sobre a problemática do PCI jacobeu. Os principais resultados da investigação foram um primeiro levantamento sobre o PCI jacobeu e uma primeira classificação de tipo etnológico. Para além disso, o relatório aponta para as potencialidades sociais deste tipo de PCI, que por outro lado mostra a grande importância do culto de e a Santiago existente no Norte de Portugal.

1. Enquadramento teórico: Do PCI ao PCI jacobeu

O CPIS foi estudado nas últimas décadas desde diferentes perspetivas disciplinares e com diferentes abordagens, especialmente históricas, antropológicas e turísticas (Cunha, 1995; Fernandes, 2014; Fernandes, 2018; Pereiro, 2019a), mas há um aspeto que tem sido pouco estudado que se centra no património cultural imaterial (PCI) jacobeu, isto é, aquele PCI associado ao culto de Santiago. O PCI jacobeu tem sido estudado especialmente pelo Professor Arlindo Cunha de Magalhães (1995; 2001; 2005; 2011; 2014a; 2014b; 2019), mas desde uma perspetiva contemporânea, demonstrando que há muito caminho ainda no seu estudo. Nesta seção e em primeiro lugar vamos dialogar com a literatura científica sobre o PCI, para melhor entender a pluralidade de perspetivas teóricas.

Todos os elementos do PCI podem ser considerados como um elemento do património etnológico, um subtipo de património cultural que apresenta a capacidade de representar os modos de viver, fazer, pensar, valorar e comunicar das pessoas e dos grupos humanos. O conceito de PCI está na moda hoje em dia, especialmente desde a Convenção para a Salvaguarda do PCI promovida pela UNESCO em 2003, ainda que teve os seus antecedentes na Declaração do México sobre políticas culturais do ano 1982 e que sublinhava o conceito de património cultural envolvendo os seus sentidos materiais e imateriais:

“El patrimonio cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores y sabios, así como las creaciones anónimas, surgidas del alma popular, y el conjunto de valores que dan un sentido a la vida. Es decir, las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo: la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas.” (UNESCO, 1982: 45)

De acordo com a UNESCO, o PCI é um património cultural no qual as pessoas e os seus valores são muito importantes, algo consagrado na Convenção Internacional para a Salvaguarda do PCI de 2003, que representou uma viragem na abordagem do PCI. O PCI pode ser pensado como um subtipo de património cultural etnológico ou etno-antropológico, resultado de relações complexas e fluxos culturais locais-globais. Portanto não é apenas um património cultural da diferença, sendo também o da semelhança e da universalidade humana. O PCI representa uma mudança de paradigma: das coisas-objetos patrimoniais às *personas*, do folclore e a cultura tradicional e popular ao património etnológico e ao PCI; do monumento ao PCI; duma visão elitista a uma visão participativa e performativa.

O PCI é uma representação simbólica da cultura, um elemento metacultural que representa e simboliza os modos de viver humanos. Ele é um fator de identidade, de coesão, paz, diálogo intercultural e desenvolvimento, ainda que também esteja inserido em relações e lutas de poder e pelo poder (dominação). Ele contribui para garantir direitos culturais de diversidade e o acesso à cultura sendo um dos direitos humanos (https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos).

Portanto, neste sentido, o PCI é um elemento democratizador. O PCI é algo vivo e contextual, ainda que sempre recreado e dinâmico, o PCI pode ajudar a impulsar a conservação do património material e ao contrário (Pereiro e Prado, 2021), pois ambos estão interligados e a sua existência como categoria académica, jurídica, política e administrativa é uma arbitrariedade social para efeitos de classificação e de questionamento do amplo reconhecimento dos

patrimónios culturais materiais. O PCI utiliza-se hoje também para revalorizar sítios culturais patrimoniais, reforçar identidades locais e diferenciar destinos turísticos. O PCI experimentou um processo de institucionalização internacional desde os anos 1980, com especial destaque para:

- 1989: Recomendação da UNESCO para a Salvaguarda da cultura tradicional e popular.
- 1993: Programa Tesouros Humanos Vivos da UNESCO, que pretendia reforçar as capacidades e desenvolver comunidades e grupos (ex. Migrantes, indígenas e minorias étnicas).
- 2003: Convenção para a salvaguarda do PCI da UNESCO.
- 2009: Lista de Salvaguarda Urgente do PCI (conotação negativa), promovida pola UNESCO.

Os âmbitos de trabalho do PCI são segundo a UNESCO os seguintes:

1. Tradições e expressões orais, também a língua.
2. Artes do espetáculo.
3. Práticas sociais, rituais e eventos festivos.
4. Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo.
5. Artesanato tradicional: competências e conhecimento para a sua produção.

E os critérios para considerar elementos culturais como PCI são segundo a UNESCO (1998) os seguintes:

- Valor excecional do bem.
- História cultural base.
- Tradição cultural base.
- Afirmação da identidade da comunidade.
- Aplicação de saberes-fazeres e técnicas.
- Testemunho vivo.
- Em ameaça de desaparecimento.

- Participação da comunidade.

Estes critérios são orientadores, não são um absoluto e dependem das interpretações dos avaliadores.

Desde outra mirada e segundo a OMT (Organização Mundial do Turismo) os âmbitos do PCI variam um pouco:

1) Artesanato e artes visuais;
2) Gastronomia e artes culinárias;
3) Costumes rituais e festas;
4) Música e artes teatrais;
5) Tradições e expressões orais;
6) Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;

O interesse da OMT pelo PCI tem a ver com o seguinte:

"Este caudal mundial de tradiciones se ha convertido en uno de los principales motivos de los viajes, ya que muchos turistas buscan el encuentro con nuevas culturas y la experiencia de disfrutar de la variedad de las artes escénicas, la artesanía, los rituales, la gastronomía y las interpretaciones de la naturaleza y del universo. El intercambio cultural que promueven estos encuentros favorece el diálogo, afianza el entendimiento y, por ende, fomenta la paz y la tolerancia…" (OMT, 2020; online em https://ethics.unwto.org/es/content/turismo-y-patrimonio-cultural-inmaterial)

A Convenção UNESCO do PCI responde ao seguinte: a) a urgência do conhecimento e reconhecimento do PCI em muitos lugares do mundo; b) a compensação às sociedades não ocidentais e aos grupos subalternos pelo esquecimento dos seus patrimónios culturais e a colonização ocidental; c) o protagonismo, participação e empoderamento dos seus portadores e praticantes; d) ao interesse internacional por reequilibrar o reconhecimento do património material com o imaterial, como se ambos não estivessem interligados, uma dimensão não pode entender-se sem a outra.

Em relação com este último aspeto, Quintero (2003: 145) aponta que "cualquier elemento patrimonial, sea la que fuere la forma del objeto, lo es por los valores que tiene asociados ya resalte el aspecto artístico, el histórico, el documental... y esos valores son "no tangibles". É assim como os elementos patrimoniais, sejam estes PCI ou outros, não emergindo de forma espontânea, porém são resultado de processos sociais (Hooper-Greenhill, 1991) nos quais se produzem relações de adesão, identificação, exploração e conflito. E neste ponto parece-nos importante ter em atenção o conceito de fileira patrimonial (Roigé, Mármol e Frigolé, 2014) para melhor entender esses processos.

O processo de institucionalização internacional do PCI liderado pela UNESCO significa uma mudança de valoração que foi resultado de muitas críticas (Eriksen, 2001) e que incorpora a ideia de mudança e de recreação nos conceitos de cultura e de património cultural, junto com a ideia de patrimónios culturais vivos e dinâmicos protagonizados pelas pessoas. E um dos seus efeitos, que consideramos positivo, é o fortalecimento de um olhar particularista universalista menos essencialista, purista e diferencialista, que interpretasse o PCI como resultado de relações local-globais complexas.

Associado ao processo de institucionalização do conceito de PCI, as suas práticas precisaram de uma série de critérios e orientações, que segundo Quintero (2003) foram as noções de tradição e de popular, das quais bebem as suas fontes. Para uma discussão mais detalhada desta associação recomendamos ver o livro de Pereiro e Prado (2021) sobre o património etnológico. No nosso ponto de vista antropológico, as separações entre PCI e património material são mais fictícias que reais e o importante é o contexto de produção do património cultural e o processo de construção social e atribuição de valores. O PCI visibiliza patrimónios culturais antes silenciados (Carrera, 2017) mas não é apenas algo do passado nem do povo, porém também do presente, do futuro e de diversos grupos e camadas sociais. De acordo com Agudo (1997) e Agudo e Fernández (1999) as urgências face ao seu desaparecimento e esquecimento não devem desviar-nos de investigar também aquelas outras manifestações culturais vivas que não estão em risco.

O PCI tem um número considerável de ameaças que foram identificadas pelo antropólogo Honorio Velasco (2012), com base na sua análise das primeiras 19 Obras Mestras PCI da Humanidade, elas são:

a) A estandardização;
b) A modernização;
c) As políticas culturais estatais;
d) A homogeneização;
e) A urbanização;
f) As migrações e o êxodo rural;
g) A aculturação;
h) A industrialização;
i) O turismo;
j) A competência com os meios e a cultura de massas;
k) O desinteresse dos mais jovens;
l) A distância entre gerações;
m) A ausência de aprendizes e a quebra na continuidade da tradição;
n) A redução de profissionais do PCI e dos ofícios tradicionais;
o) As apropriações culturais inadequadas por outros por causa da falta de proteção legal dos direitos de propriedade intelectual;

E face a uma conceção estática de cultura, o PCI deve de apresentar e representar o seu dinamismo e permanente mudança que conserva alguns elementos tradicionais e incorpora outros novos. Não convêm reificar ou esencializar o PCI e deve ser pensado como uma construção social aberta, dialógica, multivocal e reflexiva (Hernández, Santamarina, Moncusí y Albert, 2005)

2. Metodologia

"A terra dun débese andar de a pé" (Risco, 1961: 163)

O tipo de metodologia de investigação utilizada para a elaboração deste relatório foi a qualitativa, com destaque para uma metodologia e técnicas antropológicas e documentais, como a etnografia ou a análise documental (Elliot, Norum e Salazar, 2018). A investigação propriamente dita iniciou-se em janeiro 2021, mas teve como antecedentes outras que começaram em 2016 e 2018 respetivamente:

a) 2016-2018: O projeto Cultour plus, projeto Erasmus plus sobre rotas turístico-culturais de peregrinação europeias. Ver: http://www.cultourplus.info/pt/
b) 2018-2020: O projeto Geoarpad, projeto Interreg-POCTEP sobre patrimónios culturais galego-portugueses, no qual o CPIS foi um dos seus subprojectos piloto. Ver: https://www.geoarpad.eu/pt-pt E https://cpis.utad.pt/

A estratégia metodológica desta investigação sobre o PCI jacobeu do CPIS, essencialmente exploratória por causa da situação pandémica da COVID-19 e o pouco tempo disponível para o trabalho de terreno, foi guiada pela antropologia sociocultural, se bem convém assinalar que a experiência de trabalho de campo antropológico no CPIS, desenvolvido antes da escrita deste relatório de investigação, foi fundamental para melhor focar e frisar um problema complexo como é o património cultural imaterial. Durante o intenso e prolongado trabalho de campo, desenvolvido desde 2016 temos desenvolvido no território do CPIS:

a) Observação participante em movimento e registo etnográfico em diário de campo, ao percorrer a pé todas as etapas do CPIS, algumas das quais várias vezes (ex. Vila Real – Vilarinho de Samardã). Também temos feito a pé o troço galego de Verín a Santiago de Compostela, para assim ter uma visão comparativa e transnacional desta rota.

b) Entrevistas e grupos de debate com agentes sociais do CPIS (técnicos de turismo e património cultural, membros das associações de caminheiros, políticos, comerciantes, membros das comunidades locais, padres, bispos, investigadores, etc.).

c) Entrevistas em profundidade com mais de 120 turiperegrinos do CPIS, após o seu regresso a casa, umas vezes feitas presencialmente e outras online e via mail. As entrevistas foram realizadas entre 2016 e 2019 após o seu regresso a casa, isto é, num momento de pós-experiência turiperegrina no qual as memórias sociais foram partilhadas com os investigadores (cf. Galani-Moutafi, 1999; Pereiro e Gómez-Ullate, 2018). Muitas das entrevistas efetuaram-se através de correio eletrónico e também por intermédio de um formulário no Google, face à dificuldade de inquirir presencialmente os peregrinos de diferentes procedências. As entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com técnicas qualitativas de análise de conteúdo (cf. Bardin, 2003).

d) Entrevistas com especialistas e investigadores dos caminhos de Santiago e do CPIS (ex. Arlindo Cunha de Magalhães, Paulo Almeida Fernandes, Xosé Manuel Santos Solla, Rubén Lois, Christian Kurrat, Cristina Sánchez-Carretero, etc.).

e) Revisão bibliográfica, documental e histórica sobre as peregrinações desde Portugal a Santiago de Compostela.

f) Recolhas documental e no terreno revisitado de elementos do PCI, especialmente a partir de janeiro do ano 2021.

g) Análise específica da bibliografia internacional e regional sobre o PCI.

h) Foram realizadas fichas de inventário para o património cultural jacobeu, recorrendo à consulta do site da DGPC (Direção Geral do Património Cultural). (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx).

i) Procedeu-se igualmente à realização de entrevistas junto da comunidade local para obter testemunhos sobre as lendas e tradições ligadas ao culto de Santiago.

A maioria dos resultados desse trabalho, individual e em colaboração com outros investigadores, encontram-se disponíveis na web https://cpis.utad.pt/ onde podem ser consultados e descarregados. E se bem este projeto de investigação está focado no PCI jacobeu, a existência de patrimónios culturais imateriais jacobeus sempre terá de ser colocada necessariamente em relação com outros patrimónios culturais materiais com os quais estão intimamente ligados (ex. as igrejas e capelas de Santiago com as festividades de Santiago).

Em relação com a análise dos patrimónios culturais jacobeus no CPIS, alguns dos dados e análises produzidos e apresentados neste relatório foram partilhados e utilizados pelos municípios do CPIS para apresentar uma candidatura para certificação oficial do caminho (Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, 2021) de acordo com o DL nº 51/2019 de 17 de abril. De seguida, vamos centrar-nos na análise territorial e antropológica do PCI jacobeu no CPIS, tendo em consideração uma abordagem reflexiva, semiótica e interpretativa de textos, contextos e co-textos que nos mostram os complexos e profundos sentidos da vida humana e os seus caminhos.

Figura 1- Alunos e docentes de Turismo da UTAD após a chegada da peregrinação a Santiago de Compostela, 9 de abril de 2010

Fonte: Fotografia de Xerardo Pereiro

3. O contexto territorial do CPIS (Caminho Português Interior de Santiago de Compostela)

Nesta seção vamos começar por uma breve caraterização demográfica e turística do território imediato que atravessa o CPIS. O território atravessado pelo CPIS corresponde ao interior Centro e Norte de Portugal, espaço caraterizado pelo discurso dominante como um território de baixa densidade demográfica, como pode ser apreciado na tabela abaixo a partir dos dados da população residente.

Tabela 1: População dos municípios do CPIS em 2019

Município	População estimada em 2019
Chaves	39343
Vila Pouca de Aguiar	11961
Vila Real	49962
Santa Marta de Penaguião	6599
Peso da Régua	15773
Lamego	24895
Castro Daire	13823
Viseu	97249
Total	259605

Fonte: PORDATA, https://www.pordata.pt/

O número total de habitantes dos municípios do CPIS era em 2019 de 259.605, a maioria concentrado nas pequenas cidades e vilas sede de concelho. Os seus modos de vida podem ser inferidos a partir dos seguintes dados oficiais de 2011:

Tabela 2: Distribuição por setores produtivos da população empregada nos municípios do CPIS em 2011

Município	População desempregada	População empregada	Setor primário	Setor Secundário	Setor terciário
Chaves	2673	13995	872	2712	10411
Vila Pouca de Aguiar	711	4178	437	1199	2542
Vila Real	2902	21469	880	3598	16991

Santa Marta de Penaguião	506	2538	691	497	1350
Peso da Régua	1134	6386	1035	1226	4125
Lamego	2383	10151	816	2181	7154
Castro Daire	618	4574	400	1197	2977
Viseu	5314	41212	729	8602	31881
Total	16241	104503	5860	21212	77431

Fonte: PORDATA, https://www.pordata.pt/

Com base nos dados acima, e ainda que do ano de 2011 podemos inferir alguns traços importantes:

a) O grande descenso da população agrária (agricultura, pecuária, vitivinicultura) em relação a décadas anteriores.
b) A terciarização da economia destes municípios enquanto a população ocupada no comércio e nos serviços (aproximadamente o 75% de toda a população empregada).
c) O maior volume de emprego nas capitais distritais de Viseu e de Vila Real, com cidades médias e centros universitários que dinamizam a economia local.

E em relação ao turismo, nestes municípios a atividade turística tem a sua importância e relevância. Vejamos alguns números da oferta de alojamento turístico e também da procura:

Tabela 3: Alojamento hoteleiro dos municípios do CPIS em 2017

Município	Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros	Hotéis / cama	Nº de hotéis	Quartos	Nº de hóspedes	% de hóspedes estrangeiros
Chaves	1327	834	29	607	81554	23,5%
Vila Pouca de Aguiar	199	-	6	117	11158	20,1%
Vila Real	735	430	17	370	45040	21,5%
Santa Marta de Penaguião	66	-	3	30	814	0%
Peso da Régua	493	-	9	253	41506	27,1%
Lamego	735	24	-	359	48252	51,7%
Castro Daire	404	-	4	135	11470	11,2%
Viseu	1692	-	22	837	127353	27,7%
Total	5651		90	2708	367147	

Fonte: PORDATA, https://www.pordata.pt/

Com base nestes dados do ano 2017, podemos afirmar vários aspetos sobre o alojamento hoteleiro (só hotéis):

a) A capacidade de alojamento turístico hoteleiro é desigual entre municípios, sendo Viseu, Chaves, Lamego, Vila Real e Régua, por esta ordem, os de maior capacidade. No total dos oito municípios da rota estamos a falar de uma capacidade para 5651 hóspedes.

b) A procura de alojamento turístico é desigual segundo os municípios, sendo Viseu, Chaves, Lamego, Vila Real e Régua, por esta ordem, os de maior procura.

c) O número de hóspedes estrangeiros é relativamente baixo, com exceção de Lamego que atinge algo mais da metade de todos os seus hóspedes (turistas), o que pode ter uma leitura positiva de potencial crescimento do turismo internacional.

Com dados algo mais recentes, o retrato do alojamento turístico no CPIS encontra-se na tabela abaixo e mostra a boa capacidade para acolher turistas.

Tabela 4: Alojamento turístico dos municípios do CPIS em 2019

Município	**Empreendimentos turísticos (ET)**	**Capacidade de alojamento dos ET**	**Alojamento local (AL)**	**Capacidade de alojamento do AL**	**Total de alojamento turísticos**	**Capacidade total de alojamento turístico**
Chaves	28	1797	43	401	71	2198
Vila Pouca de Aguiar	7	249	7	59	14	308
Vila Real	13	1862	67	591	80	2453
Santa Marta de Penaguião	9	190	15	120	24	310

Peso da Régua	12	417	100	666	112	1083
Lamego	35	1172	62	451	97	1623
Castro Daire	15	480	38	290	53	770
Viseu	28	1682	105	707	133	2389
Total	147	7849	437	3285	584	11134

Fonte: RNT, https://registos.turismodeportugal.pt/HomePage.aspx Nota: A capacidade de alojamento é medida aqui com base no critério do número de pessoas – turistas que podem ser hospedadas.

Com base nos dados acima, observamos como a maior capacidade de alojamento turístico no CPIS corresponde a Viseu, Vila Real, Chaves, Lamego, Peso da Régua, Castro Daire, Santa Marta de Penaguião e Vila Pouca de Aguiar, por esta ordem.

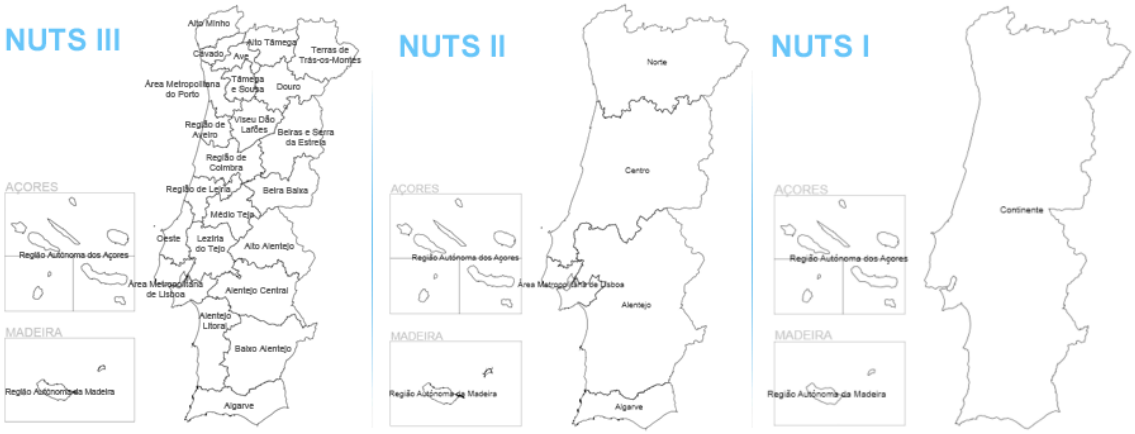
Do ponto de vista territorial, o Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS) tem oficialmente o seu início em Farminhão (União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita; concelho de Viseu, distrito de Viseu), na fronteira com o município de Tondela, mais em concreto próximo do campo de golfe Montebello. E depois de atravessar os municípios de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, cruza a fronteira com a Galiza, na aldeia de Vilarelho da Raia (Freguesia de Vilarelho da Raia, concelho de Chaves, distrito de Vila Real) e continua até Verín (província de Ourense) seguindo até à cidade de Ourense e atingindo Santiago de Compostela pela Via da Prata ou o Caminho Moçárabe. Portanto, de certa forma, podemos afirmar que é um projeto de cooperação intermunicipal português e de cooperação transnacional e internacional (ver: https://cpis.utad.pt/websig-do-caminho-portugues-interior-de-santiago-cpis/) que atravessa uma grande parte do interior de Portugal.

Figura 2: Representação do trajeto do Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS)

Fonte: Utilizada com autorização da "Associação de Amigos do Caminho de Santiago de Viana", ver http://www.caminhosantiagoviana.pt/

A entidade gestora da rota é a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, com sede em Vila Pouca de Aguiar (ver: www.facebook.com/fpcsantiago)

Figura 3: Territórios administrativos que atravessa o CPIS



Fonte: https://www.pordata.pt/en/What+are+NUTS

O Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) percorre aproximadamente 214 quilómetros desde Farminhão (Viseu) até Vilarelho da Raia (Chaves), no território português, e 182 desde a fronteira com a Galiza (Vilarelho da Raia) até Santiago de Compostela, utilizando a Via da Prata -também designada como Caminho Moçárabe (Verín – Ourense – Santiago de Compostela). O CPIS apresenta uma particularidade diferencial em relação a outros caminhos de Santiago, que é o facto de ser uma via de sentido duplo, permitindo aos peregrinos caminhar a Santiago de Compostela (Norte de Portugal, na Galiza) ou a Fátima (centro de Portugal) em sentido inverso para o Sul (cf. Pereiro, 2017; Pereiro, 2019a).

Figura 4: Percurso do CPIS

Fonte: Antiga página web oficial do CPIS (http://www.cpisantiago.pt/)

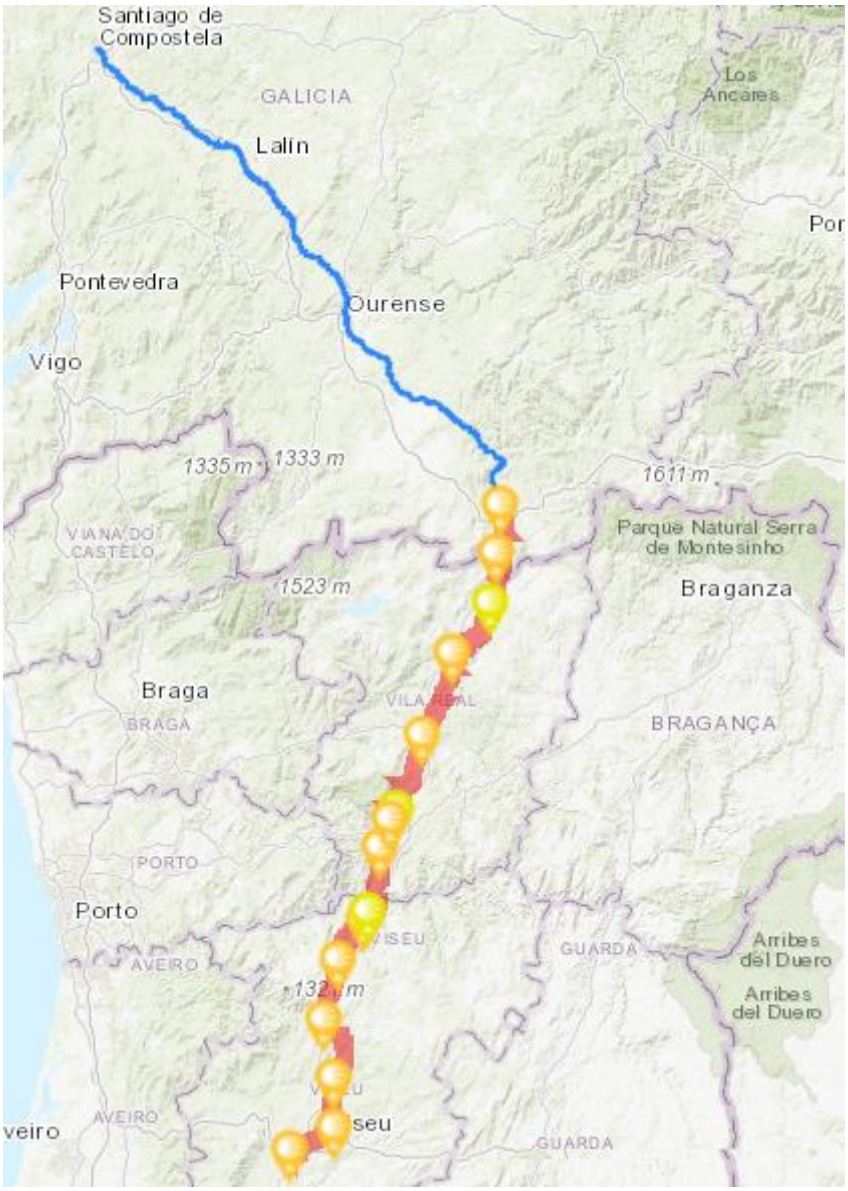
4. Caraterização das etapas do CPIS

O Caminho Português Interior de Santiago (CPIS) é um caminho de peregrinação de origem medieval (cf. Serrão, 1973; Cruz, 1973; Cunha, 2005; Pereiro, 2019), construído na base da existência de uma via romana Viseu-Chaves (ver: https://viasromanas.pt/ e também https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1uIso916w2uKvjQ71mBXdaSgo5zw&z=11&ll=41.76852100000003%2C-8.584209000000007), que atravessa os municípios portugueses de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves (cf. Tranoy, 1981; Cunha, 1995; 2001; 2005; 2011; 2014; 2019; Vázquez Portomeñe, 2004; Brochado de Almeida e Brochado de Almeida, 2011; Almeida Fernandes, 2014; 2018; Pombo, 2020), para logo atravessar a fronteira luso-galega por Verín (ver https://cpis.utad.pt/), e prosseguindo a Ourense e Santiago de Compostela pela Via da Prata ou Caminho Moçárabe, que "partindo de Sevilha, (…) segue uma antiga rota romana, sendo utilizada pelos árabes" (Adrião, 2011: 10).

O CPIS atravessa 108 paróquias eclesiásticas (fonte: http://www.anuariocatolicoportugal.net/lista_paroquias.asp) e apresenta-se atualmente como um dos 5 Caminhos de peregrinação a Santiago portugueses propostos pelo Ministério da Cultura português para adquirir o reconhecimento de património mundial pela UNESCO (Pereiro, 2017).

Figura 4:

Figura 5: Trajeto do Caminho Português Interior de Santiago de Compostela



Fonte: http://www.caminhosantiagoviana.pt/ https://cpis.utad.pt/

Como já referimos anteriormente, uma das particularidades do CPIS prende-se com o facto de ser um caminho de sentido duplo, no sentido Norte em direção a Santiago de Compostela, simbolizado pela seta amarela, e no sentido Sul em direção a Fátima, sinalizado pela seta azul. As entidades gestoras desta rota de peregrinação apresentam 11 etapas oficiais em território português para

o turiperegrino (cf. Pereiro, 2017; Pereiro, 2019a), cada uma com uma distância entre 25 e 30 quilómetros por etapa, condicionadas pela existência de albergues públicos resultado da cooperação com a sociedade civil e com os agentes sociais locais como é o caso dos "Bombeiros Voluntários", das juntas de freguesia ou das associações de caminheiros.

Os albergues do CPIS são o resultado da atribuição de uma segunda vida a edifícios como antigas escolas primárias, atualmente abandonadas porque existem poucas crianças nestes territórios de baixa densidade demográfica, despovoados e com um elevado índice de envelhecimento. Exemplos desta situação são os albergues de Almargem, Ribolhos, Bertelo, o de Parada de Aguiar ("Descrição Etnográfica do CPIS", Xerardo Pereiro, inédito). Mas além dos albergues, ao longo da rota existem várias opções de alojamento e de restauração como hotéis, pensões e de alojamento local, bens identificados como os serviços básicos no nosso WEBSIG (cf. https://cpis.utad.pt/mapas/).

4.1. Classificação e descrição das etapas – troços do CPIS

Nesta seção do trabalho vamos analisar várias propostas eruditas, políticas e técnicas de classificação do itinerário do CPIS, que mostram diferentes formas de entender o território, a rota e a experiência de turiperegrinação. O processo de institucionalização, identificação e apropriação patrimonial do CPIS por parte dos agentes sociais municipais que atravessa tem uma base histórica muito importante, já identificada nos anos 1980 por Baquero Moreno:

"A grande via de penetração nesta região era a estrada que oriunda de Caminha seguia em direção a Viseu e daqui para Lamego, Poiares, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. Por seu turno, Lamego era um importante ponto de bifurcação pois vinha dar a esta cidade a estrada que partia da Guarda e passava por Trancoso e Sernancelhe." (Baquero Moreno, 1986: 79-80).

"Mesmo assim, muitos fiéis oriundos de Viseu e de Lamego utilizavam o percurso Poiares, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves, seguindo daqui para Verín em direção Ourense. Lamego era um importante ponto de bifurcação porque não só recebia peregrinos de Coimbra, como ainda da estrada da fronteira que trazia gente de todo o sul do país, residente no interior, e cujos principais pontos de passagem são a via do Guadiana, Évora, Castelo Branco, Covilhã, Guarda e Trancoso. Sem esquecer que toda a divisória entre Portugal e Castela constituía uma porta de entrada de devotos oriundos de toda a Europa, como aliás se comprova pelo casal de peregrinos alemães, Pedro e Jacomina, que entram no nosso país pelo porto de Castelo de Vide" (Baquero Moreno, 1986).

Mas ainda que existam outros trabalhos prévios sobre o culto jacobeu no Norte de Portugal, nomeadamente sobre o CPIS (cf. Baquero Moreno, 1986; Marques, 1992), o livro do Prof. Arlindo Cunha (1995) serviu de inspiração e de alavanca para o conhecimento, reconhecimento, divulgação e desenvolvimento desta rota. Este livro foi publicado em 1995 e dedica 84 páginas ao CPIS, no seu trajeto Viseu-Chaves. Ele foi a fonte de inspiração da recente revitalização do CPIS como foi reconhecido pelos técnicos de turismo que coordenam o projeto CPIS (comunicação oral da Dr. a Catarina Chaves, técnica de turismo da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar). O livro encontra-se muito bem ilustrado com fotografias a cores e *croquis* das diferentes etapas. As etapas definidas no livro são as seguintes:

Tabela 5: Etapas definidas no guia-livro de Arlindo Cunha (1995)

Etapa	Distância	Lugares	Observações
1. Viseu-Almargem	12 Km	Viseu, Abravezes, Moure, Campo da Madalena, Bigas, Pousa Maria e Almargem	Calçada romana em Pousa Maria

2. Almargem – Mões	10 Km	Almargem, Cabrum, Vila Meã, Nogueirinha, Moledo (Castro Daire), Mões (Castro Daire)	
3. Mões – Magueija	20 Km	Mões, Vila Boa, Vila Franca, Fareja, Baltar, Moura Morta, Mezio, Bigorne, Magueija	
4. Magueija – São Gonçalo de Lobrigos	19 Km	Magueija, Magueijinha, Matança, Bairral, Outeiro Pereira, Parelonga, Purgaçal, Ordens, Penude, Lamego, Souto Covo, Sande, Régua, Cruz das Almas, Alvações do Corgo e São Gonçalo de Lobrigos	
5. São Gonçalo de Lobrigos – Vila Real	17 Km	São Gonçalo de Lobrigos, São João de Lobrigos, São Miguel de Lobrigos, Santa Comba, Santa Marta de Penaguião, Banduje, Pousada, Covelo, Santa Bárbara, Cumieira, Silhão, Relvas, Parada de Cunhos, Vila Real	"Esta jornada é perigosa" afirma-se no guia (Cunha, 1995: 182)

6. Vila Real - Zimão	17 Km	Vila Real, Calçada, Vila Seca, Gravelos, Escariz, Benagouro Vilarinho de Samardã, Tourencinho, Gralheira, Zimão (Telões, Vila Pouca de Aguiar)	
7. Zimão – Oura	22 Km	Zimão, Parada do Corgo ou de Aguiar, Montenegrelo, Vila Pouca de Aguiar, Pedras Salgadas, Águas Romanas, Sabroso de Aguiar, Oura e Salus	
8. Oura – Chaves	15 Km	Oura, Salus, Vidago, Valverde, Pereira de Salão, Redial, Vilanova da Veiga, Outeiro Jusão, Eiras, Chaves	
9. Chaves – Fronteira (Rabal)	12 Km por Vilarelho da Raia; 23 Km por Seara Velha; 13 Km por Cambedo	a) Por Vilarelho da Raia: Chaves, Outeiro Seco, Vilarelho da Raia. b) Por Seara Velha para Vilar de Perdizes: Chaves, Casas dos Montes, capela de São Bartolomeu,	

		Valdanta, Soutelo, Seara Velha, Meixide, Ponte da Assoreira, Vilar de Perdizes. Logo seguia para a Xironda (Galiza). c) Por Ervededo: Chaves, Couto de Ervededo, Agrela, Cambedo, Casas dos Montes (Galiza)	
TOTAL	144 Km por Vilarelho da Raia 155 Km por Seara Velha 145 Km por Cambedo		

Fonte: Cunha (1995)

Em 2007, o historiador e arqueólogo Carlos Alberto Brochado de Almeida, junto com o engenheiro civil João Gomes de Abreu de Lima e o jornalista Lourenço António Gorjão de Almeida e Silva publicam um capítulo sobre o CPIS na Enciclopédia dos Caminhos de Santiago da Editora galega Hércules (Brochado de Almeida et al., 2007). Nele integram o CPIS na rota de Coimbra a Chaves. A sua visão é historicista e artística e focam muito o património cultural material e arquitetónico na caraterização dos troços. Se bem que os autores não definem ou sugerem etapas concretas aos peregrinos. De igual modo, os autores afirmam que a rota segue uma antiga via romana que definiria o seguinte trajeto: Coimbra – São Miguel de Outeiro (Tondela) – São Cipriano (Viseu) – Ponte do

Rio Asnes – Torredeita – Vil de Moinhos e Viseu (cidade), para continuar pela cava de Viriato e a “estrada velha” em direção a Castro Daire.

Na saída da cava de Viriato (Viseu), o CPIS segue em direção à aldeia de Abraveses, passa por Moure, a ponte do rio Vouga, Almargem e o Monte da Fonte Santa, Água d´Alte e Vila Meã (antiga capela de São Tiago, hoje Nossa Senhora da Saúde), Moledo e Mões (Castro Daire). A seguir atravessa os rios Paiva, Paivó e Ermida, e continua para a Serra de Montemuro, de Baltar (onde houve uma ermida dedicada a São Tiago construída em 1685 pelo abade João de Moura de Andrade) o CPIS chega a Moura-Morta (em alusão às lendas de mouras) e as portas de Montemuro (lugar de muitas mamoas) onde se localiza uma capela de São Tiago. De Moura-Morta segue-se para Mezio (município de Castro Daire) onde no teto artesonado da igreja de São Miguel, patrono da aldeia, há uma imagem pintada de São Roque e outra de São Tiago, ambos com hábitos de peregrino. O CPIS segue logo para Bigorne e Reconcos, para o vale encaixado de Balsemão, passa em São Tiago de Magueija e entra na pequena cidade de Lamego, sede episcopal, pela floresta do Santuário da Nossa Senhora dos Remédios.

O seguinte troço vai de Lamego a Peso da Régua, entre vinhas passa em Souto Covo e Sande, aldeia cujo patrono é São Tiago e tem uma igreja do século XII remodelada no século XVIII. De aí vai-se para o rio Douro, que antigamente e até 1872 (data de construção da ponte) se atravessava em barcas.

De Peso da Régua, o caminho segue na direção de Santa Marta de Penaguião e Vila Real. Passa em São Gonçalo, Lobrigos, Cumieira, atravessa o rio Sordo, Parada de Cunhos e Vila Real. Em Vila Real referem a existência de uma antiga capela e confraria de São Tiago no Largo do Tavolado.

De Vila Real, o CPIS segue para Vilarinho de Samardã pelo vale do rio Corgo, passa em Zeimão, Gralheira (onde há uma velha albergaria), cerca de São Tiago de Telões, Parada do Corgo, Montenegrelo e Vila Pouca de Aguiar (antes São Salvador de Jugal).

De Vila Pouca de Aguiar para Chaves o caminho atravessa o rio Corgo pela ponte de Cidadelhe, passa em Vila Meã (onde há uma capela de São Tiago) e Pedras Salgadas, estância termal ao pé do rio Avelames. De 1875 a 1906 os reis portugueses Dom Fernando, Dom Luís e Dom Carlos visitavam Pedras Salgadas para passar férias. O CPIS segue logo para Oura (São Tiago), Salus, Valverde e Medial, e mais tarde para Redial, Vila Nova da Veiga e Outeiro Jusão, para atingir Chaves pelo bairro da Madalena, onde Dona Mafalda (esposa de Dom Afonso Henriques) mandou criar uma albergaria, justo antes da ponte de Trajano, para os peregrinos de Santiago. Existiu também outro albergue em Chaves, ao pé da atual Igreja Matriz, hoje ocupado pela Misericórdia.

De Chaves o caminho segue nesta descrição para Seara Velha, na veiga de Chaves, onde na sua igreja há uma imagem de São Tiago, pintada no teto de madeira. Aqui, os autores, também indicam: “otro camino podía llevar a la frontera por Outeiro Seco y Vilarelho da Raia” (Brochado de Almeida, 2007: 378), passando na Igreja de Nossa Senhora da Azinheira. Esta opção é a que a entidade gestora do CPIS escolheu como oficial e sinalizou como tal.

Dois anos mais tarde da publicação anteriormente citada, no ano 2009, o Eixo Atlântico publica em três idiomas (português, espanhol e inglês) um guia dos caminhos de Santiago (Vázquez Mao, 2009) orientado à promoção do ano santo jacobeu de 2010. Nesse guia o CPIS aparece enquadrado nos designados como “caminhos do Sudeste” (Via da Prata, Caminho Moçárabe…) e no mapa só aparece reflexado o percurso desde Lamego até Chaves-Verín, que no interior do guia não é descrito nem explicado.

Vinte anos depois da publicação do livro do Prof. Arlindo Cunha (1995), em 2015, o Eixo Atlântico publica um estudo detalhado sobre os caminhos de Santiago no Norte de Portugal (cf. Eixo Atlântico, 2015). Neste estudo (cf. https://www.eixoatlantico.com/es/noticias/eixoatlantico/3668-el-gobierno-de-portugal-pone-en-marcha-organo-de-coordinacion-nacional-del-camino-de-santiago) descrevem-se as etapas de acordo com a divisão estabelecida pelas

Câmaras Municipais do CPIS, tendo em atenção a disponibilidade de albergues e serviços ao peregrino no final de cada etapa registados na web oficial do projeto: http://www.cpisantiago.pt/

Tabela 6: Etapas do CPIS definidas no estudo do Eixo Atlântico 2015

Etapa	Distância
1 Viseu (Fontelo) – Almargem	16,7 Km
2 Almargem – Ribolhos	23,3 Km
3 Ribolhos – Bigorne	19,7 Km
4 Bigorne – Penude	11,9 Km
5 Penude – Bertelo	29,2 Km
6 Bertelo - Vila Real	11 Km
7 Vila Real - Parada de Aguiar	26,6 Km
8 Para de Aguiar – Vidago	22,6 Km
9 Vidago – Chaves	19,7 Km
10 Chaves – Verín	26,1 Km
Total	206,8 Km

Fonte: Eixo Atlântico (2015)

Do mesmo modo que o trabalho tem em conta as etapas definidas pelos municípios, também encontramos algumas diferenças entre esta proposta do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular e a rota oficial promovida pelas autarquias. Assim por exemplo, para o Eixo Atlântico a rota começa em Fontelo (Viseu), muito próximo da cidade de Viseu, e não em Farminhão, a sul do município, como propõe a entidade gestora do CPIS. A descrição das etapas feita pelo Eixo Atlântico, ainda que com algumas diferenças, tem uma forte inspiração no guia do Prof. Arlindo Cunha, e é com detalhe que, dado o seu interesse empírico e analítico, apresentamos estas na seguinte descrição (Eixo Atlântico, 2015):

Etapa 1: Viseu (Fontelo) - Almargem (16,7 km)

"O itinerário sai de Viseu pela Cava de Viriato, seguindo a Estrada Velha, com duas alternativas. A primeira dirige-se à direita para a Rua de Santa Amélia até à Escola Preparatória de Abraveses; a segunda alternativa continua para o centro da Freguesia de Abraveses, saindo pela Rua da Praça e continuando pela Rua da Eirinha e seguindo em frente por um caminho de terra até à Escola Preparatória. O itinerário vira à esquerda no primeiro cruzamento, pelo lugar de Quinta da Corga, e pouco depois vira novamente à esquerda para a estrada nacional. Cruza a estrada IP5 virando para o leste em direção a Moure da Madalena e Moure Carvalhal, passando à frente de umas alminhas onde figura a Cruz de Santiago. O itinerário atravessa a Lavandeira até chegar de novo à estrada asfaltada e cruzando-a. Pouco depois atravessa a estrada nacional de Castro Daire chegando ao Campo da Madalena. Depois de passar por outro conjunto de alminhas, o traçado vira novamente à direita incorporando-se à estrada nacional, que decorre um trecho, saindo para o oeste para novamente virar para o leste voltando a incorporar-se à mesma. O trajeto continua 800 metros sobre a estrada e sai pela margem direita continuando o itinerário por um caminho de terra até chegar a Bigas. Passada a Capela da Nossa Senhora das Necessidades, vira à direita, antes da ponte, por uma rua empedrada, cruza a estrada nacional e chega a Pousa Maria. Continua o traçado por um trilho de terra, até um cruzamento de três caminhos, em que continua pelo central, até alcançar um trecho da antiga via romana que segue a estrada nacional, junto à Ponte de Almargem. Depois da ponte, continua à direita cruzando o centro urbano de Almargem e, passando a Capela da Nossa Senhora, chega até um cruzeiro Jacobeu".

Etapa 2: Almargem - Ribolhos (23.3 km)

"Desde o cruzeiro, o itinerário segue pela Rua da Boavista, por um caminho de terra. Chega até uma estrada asfaltada e vira à esquerda e depois à direita,

continuando por um caminho de terra até chegar a um cruzamento. No cruzamento vira novamente à direita e, mais adiante, à esquerda, descendo até ao rio Cabrum. Cruza o rio e sobe até a casa do Guarda Florestal. O traçado chega até à estrada asfaltada, no lugar de Água de Alte e vira à esquerda, e depois novamente à esquerda num cruzamento não sinalizado, até chegar a Vila Meã. Continuando pela estrada chega a Moledo e avança até à igreja paroquial, onde segue em frente para o interior da aldeia. Passada a aldeia, atravessa o rio Balteiro por uma ponte, e sobe ao monte até Penedos Juntos. Desce novamente o caminho até uma pista florestal, virando à esquerda até cruzar com a estrada asfaltada, e continua à direita da estrada até chegar a Mões. Após passar o núcleo de Mões, o traçado chega até um alto e começa a descer por outra estrada até chegar a Vila Boa. Antes de chegar à Capela de Vila Boa, vira à direita, passando à frente de um lavadouro. Cruza novamente uma estrada, e continua por um caminho de terra passando diante das últimas casas de Vila Boa e chegando a um cruzamento de caminhos, em que continua pelo central até uma bifurcação. Continua à direita até uma nova bifurcação, na qual continua por um caminho à esquerda que termina numa área de prados, entrando num pitoresco vale. O traçado continua atravessando os prados até retomar o caminho para o outro lado do vale, e subindo até à estrada asfaltada que leva à Ribolhos e depois continuando em frente em direção a Vila Franca".

Etapa 3: Ribolhos - Bigorne (19,7 km)

"O itinerário continua em Ribolhos atravessando a estrada que vai para Vila Franca, descendo até à aldeia. Rodeia a capela à direita e desce pelo caminho que vai para o rio Paiva, atravessando por uma passarela de pedras. O caminho continua subindo a Quinta do Vale da Cabra por um caminho de terra, e depois empedrado, até chegar a uma estrada que vira à esquerda em direção ao lugar de Pinheiro. Continua por um caminho através do monte, até cruzar com a estrada de Vila Nova de Paiva, e passando por Farejinhas e Fareja. Continua a

ponte sobre o rio Paiva, e depois pela primeira rua à direita, subindo em direção a Baltar. Em Baltar, o Caminho passa na frente da Capela de Santiago e sobe até chegar a um cruzamento, continuando à direita, até chegar ao local do parque e a estrada nacional de Castro Daire a Lamego. Após passar a estrada, dirige-se a Cinfães, e após percorrer cerca de 500 metros pela estrada, ainda por um caminho à direita que leva a uma ponte de origem romana e a outra Capela dedicada a Santiago, até chegar a Mouramorta. Passando o núcleo de Mouramorta, junto a um cruzeiro, segue o traçado por um caminho que leva a Mezio, passando por diversas passarelas de pedra que cruzam riachos, chega a um muro sinalizado com uma seta amarela indicando o caminho, rodeando o muro pela esquerda e passando por umas pedras até chegar a uns moinhos. O traçado segue descrevendo um semicírculo que contorna a serra até ligar com um caminho que corre entre muros, e que vira novamente à esquerda para chegar a Mezio. Passando a igreja de Mezio, o itinerário continua em direção à estrada nacional, desviando-se, antes de chegar à mesma, por um caminho sobre uma ponte que novamente termina na estrada nacional. Continua na margem direita da estrada em direção a Bigorne".

Etapa 4: Bigorne - Penude (11,9 km)

"O traçado continua em direção à Ponte de Reconcos que cruza o rio Balsemão, segue paralelamente à margem direita da estrada nacional de Viseu a Lamego até passar por Maqueijinha, onde se destaca a Igreja Paroquial, em devoção a Santiago. Continua em direção a nordeste passando por Matança, sinalizada por um cruzeiro com data de 1889, e passa pela Capela de Santa Cruz, continuando pelo caminho antigo que passa pelos lugares de Bairral, Outeiro Pereira, Parelonga e Purgaçal. Entra de novo na estrada nacional, sai dela em direção a Ordens e, finalmente, a Penude".

Etapa 5: Penude – Bertelo (29,2 km)

"O Caminho sai de Penude pela estrada nacional, no cruzamento chamado Carreira de Tiro, e continua até Lamego, onde se destaca a Catedral dos Remédios. Sai de Lamego pela estrada para Resende em direção a Souto Covo, atravessando antes de chegar, à estrada nacional de Lamego a Vila Real. Desde Souto Covo, continua até à estrada nacional para a Régua e atravessa, seguindo em frente até São Pedro de Balsemão. Junto à Quinta do Atalho, segue pela Quelha do Atalho até Sande. Aí cruza o afluente do Varosa para seguir até à Régua pela estrada nacional. Ao sair da Régua, o traçado atravessa novamente a estrada nacional em direção a noroeste, para virar depois para o nordeste até São Gonçalo de Lobrigos, também com a presença de uma Capela dedicada a Santiago. O itinerário continua até São João de Lobrigos, cruzando a estrada nacional de Régua a Vila Real, em São Miguel de Lobrigos, e continua para o norte até Santa Comba e Banduge. Novamente cruza a estrada nacional e chega a Pousada e Covelo, atravessando o núcleo da povoação e saindo em direção a Bertelo, onde cruza novamente a estrada nacional".

Etapa 6: Bertelo - Vila Real (11,0 km)

"O traçado continua até Santa Barbara e ascende para o norte até Cumieira e Silhão, cruza a ponte sobre o rio Sordo até chegar a Relvas. A partir daqui, desvia em direção a noroeste e cruza a estrada nacional até chegar a Parada de Cunhos, onde se destaca a igreja paroquial. O traçado sai de Parada de Cunhos em direção a leste para apanhar a estrada nacional, que continua até Vila Real, passando pela Catedral e Igreja dos Clérigos".

Etapa 7: Vila Real - Parada de Aguiar (26,6 km)

"O traçado continua em Vila Real em direção a Calçada, Vila Seca, Gravelos e Escariz, discorrendo paralelamente à estrada nacional entre Vila Real e Chaves até chegar à ponte sobre o rio Corgo. Após passar a ponte, continua até

Benagouro, desviando para o nordeste até Vilarinho de Samardã, situada à margem direita do rio Corgo, onde a igreja paroquial guarda a imagem de São Gonçalo da antiga confraria do mesmo nome. A partir daqui o caminho antigo encontra-se em mau estado e torna-se intransitável, pelo que o traçado continuaria pelo caminho que desce para o rio, e depois para a direita. Passado o rio, sobe até à linha de comboio, seguindo pela margem esquerda até Tourencinho, Gralheira e, finalmente, por um caminho antigo até Zimão, passando pela Capela de São Gonçalo. O traçado continua em direção a Parada do Corgo, Montenegrelo e Parada de Aguiar, topónimo que se refere ao acolhimento de peregrinos e viajantes que passavam por estas terras".

Etapa 8: Parada de Aguiar - Vidago (22,6 km)

"O itinerário continua até Vila Pouca de Aguiar, saindo pela Rua Doutor Bento Acácio Ribeiro, descendo até Cidadelhe e cruzando a Ponte. Segue a antiga estrada romana, devidamente sinalizada, até Pedras Salgadas e daí para Águas Romanas, passando a ponte sobre o rio Avelame, continuando até Sabroso de Aguiar. O traçado atravessa a estrada nacional de Chaves e sobe o alto de Reigás. Continua paralelo à estrada pela margem esquerda descendo, até chegar a uma pequena subida em que se encontra a bifurcação para Oura. O caminho segue até Salus e Vidago".

Etapa 9: Vidago - Chaves (19,7 km)

"O caminho continua até alcançar a igreja neo-românica, continuando pela sua direita até cruzar com a estrada nacional e prosseguindo até Valverde, Pereira de Selão e Redial, onde encontramos uma Capela dedicada a Santiago. A partir daqui o traçado continua até Vila Nova da Veiga, cruzando novamente a estrada nacional, que volta a cruzar ao passar o núcleo de povoação, junto ao cemitério. Segue a estrada nacional por Outeiro Jusão até Chaves".

Etapa 10: Chaves - Verín (26,1 km)

“Existem pelo menos três alternativas de traçado, para cruzar a fronteira até à Galiza: por Vilarelho da Raia, por Seara Velha, e por Ervededo. A primeira parte de Chaves em direção a Outeiro Seco, passando perto da igreja românica de Nossa Senhora da Azinheira, e continuando até Senhora da Portela. A partir daqui, dirige-se a Vilarelho da Raia, onde a igreja paroquial contém uma pequena imagem do Apóstolo Santiago, e cruza a fronteira até Rabal. A segunda alternativa de traçado sai de Chaves por oeste, em direção a Vale de Anta, Soutelo, e Seara Velha, paróquia dedicada a Santiago. Continua até ao santuário da Senhora da Aparecida, e da Senhora das Necessidades, chegando a Meixido. Passa pela ponte de Assoreira e Ponte de Chaves até chegar a Vilar de Perdizes, onde cruza a fronteira até Xironda. Este caminho até há alguns anos estava em muito mau estado resultando intransitável, pelo que a escolher este caminho existe uma alternativa de traçado que desde a Capela de Nossa Senhora das Necessidades vai a Castelões, voltando a Meixido, e de lá segue pela estrada asfaltada em direção a Soutelinho da Raia e, entre a igreja paroquial e a Capela do Senhor dos Passos, sai para a direita o caminho antigo que leva até à Ponte de Assoreira. Finalmente, a terceira alternativa de traçado sai de Chaves pelo quartel em direção a Montalegre, e continua até Soutelinho e Couto de Ervededo, passando por outra Capela de devoção a Santiago, e chegando à Ponte de Santiago que atravessa. Continua até Agrela e Cambedo, com a Capela dedicada a São Gonçalo, e pouco depois atravessa a fronteira até Casas dos Montes”.

A continuação vamos a sublinhar algumas diferenças desta publicação-guia do Eixo Atlântico com relação ao guia histórico do Prof. Arlindo Cunha. A primeira é o número de etapas, que no guia do Eixo Atlântico são 10 e não 9, e a sua conclusão é em Verín (Galiza), já na Via da Prata ou Caminho Moçárabe, e não na própria fronteira luso galega (Vilarelho da Raia – Rabal). Resultado

dessa escolha, fruto de uma visão transnacional e euroregional da própria rota, é a maior distância oficial do CPIS no guia do Eixo Atlântico. Ambos os guias reconhecem três variantes para atravessar a fronteira com a Galiza:

a) Por Vilarelho da Raia: Chaves, Outeiro Seco, Vilarelho da Raia.

b) Por Seara Velha para Vilar de Perdizes: Chaves, Casas dos Montes, capela de São Bartolomeu, Valdanta, Soutelo, Seara Velha, Meixide, Ponte da Assoreira, Vilar de Perdizes. Logo seguia para a Xironda (Galiza).

c) Por Ervededo: Chaves, Couto de Ervededo, Agrela, Cambedo da Raia, Casas dos Montes (Galiza).

Ainda assim ambos os guias coincidem no início da rota na cidade de Viseu e não em Farminhão (fronteira com o vizinho município de Tondela, a sul) como promovem os municípios impulsores do CPIS, que veremos a continuação.

As etapas promovidas oficialmente pelos líderes e promotores oficiais do CPIS e publicitadas alargadamente em folhetos e na antiga web (cf. http://www.cpisantiago.pt/), atualmente em manutenção, são as seguintes:

Tabela 7: Etapas oficiais do CPIS

Etapa	Distância
1. Farminhão – Fontelo (Viseu)	17,2 Km
2. Fontelo – Almargem	16,9 Km
3. Almargem – Ribolhos	23,5 Km
4. Ribolhos – Bigorne	18,4 Km
5. Bigorne – Lamego	16 Km
6. Lamego – Bertelo	22,5 Km
7. Bertelo – Vila Real	11 Km

8. Vila Real – Parada de Aguiar	26,8 Km
9. Parada de Aguiar – Vidago	22 Km
10. Vidago – Chaves	19,7 Km
11. Chaves – Verín	26,1 Km
TOTAL	220,8 Km

Fonte: Folheto oficial do CPIS

O ponto de início oficial de toda a rota é proposto em Farminhão (Viseu), mas não na mesma povoação rural de Farminhão, porém num ponto na fronteira com o município de Tondela, ao pé do Montebelo Golfe, num lugar onde o sinal de saída foi vandalizado. O início e fim de cada etapa foram definidos em função da existência de serviços básicos e de albergue para peregrinos. O percurso promove o atravessar da fronteira por Rabal e continuar até Verín (província de Ourense - Galiza) e não fica pela fronteira como no guia do Prof. Arlindo Cunha. Por outro lado, na última etapa oficial só se promove uma das três variantes, aquela que passa em Vilarelho da Raia, mas não pelo traçado do "caminho da feira" (designação local) que é o indicado pelo Prof. Arlindo Cunha, e sim pela aldeia de Vila Meã. Queremos afirmar com isto que há uma interpretação contemporânea da proposta de percurso do Prof. Arlindo Cunha.

Após termos feito nós próprios o percurso completo do CPIS na sua parte portuguesa, desde janeiro de 2016, a pé, vamos apresentar aqui uma avaliação do traçado da rota, tendo em atenção a bibliografia e a metodologia habitual aplicada a rotas turístico-culturais (cf. Mota Figueira, 2013; Pereiro, 2018; Pereiro e Gómez-Ullate, 2018). Sublinhar que nalguns casos fizemos várias vezes alguns troços tanto sozinhos, com amigos académicos como em grupo com estudantes, caminheiros, peregrinos e outros. A nossa observação empírica deste encontro com o CPIS foi registada etnograficamente em diário de campo, através de fotografias e gravações audiovisuais (cf. https://cpis.utad.pt/mapas/). Na tabela abaixo detalhamos alguns aspetos observados durante os percursos,

que não coincidiram exatamente com os propostos pelos municípios e sobre os quais não pretendemos fazer qualquer proselitismo ou recomendação.

Tabela 8: Caraterísticas gerais dos troços do CIPS percorridos pelo investigador

Troço	Distância em Km	Duração a pé	Sinalética	Adequação para bicicletas	Adequação para cavalos	Fontes de água
1. Farminhão – Viseu	20	5 horas	Setas amarelas, placas metálicas e vieira	Sim	Sim	Sim
2. Viseu – Almargem	18	5 horas	Setas amarelas, placas metálicas e vieira	Sim	Sim	Sim
3. Almargem – Fareja	28	9 horas	Setas amarelas, placas metálicas e vieira	Sim	Sim	Sim
4. Fareja – Penude	26	8 horas	Setas amarelas	Sim	Sim	Sim
5. Penude – Santa Marta de Penaguião	22	5 horas	Setas amarelas	Sim, bicicleta de montanha com dificuldades	Sim, algumas partes com dificuldades	Problemas
6. Santa Marta – Vila Real	17	6 horas	Setas amarelas e placares	Sim	Sim	Problemas

			de madeira			
7. Vila Real – Samardã	12	3 horas e média aproximadamente	Setas amarelas	Sim pela ciclovia; não pelo caminho oficial;	Sim	Sim
8. Samardã – Pedras Salgadas	26	5 horas e 30 minutos	Setas amarelas e placas metálicas	Sim	Sim	Sim
9. Pedras Salgadas – Vidago	12	2 horas e 45 minutos	Setas amarelas e placas metálicas	Sim mas com dificuldades	Sim	Sim
10. Vidago – Chaves	20	5 horas	Setas amarelas e placas metálicas	Sim	Sim	Sim
11. Chaves – Verín	26	6 horas	Setas amarelas e placas metálicas	Sim	Sim	Sim
Total	227					

Fonte: Elaboração própria com base em trabalho de campo e trabalho documental

Os troços ou etapas acima referenciados não representam as etapas oficiais recomendadas pela organização do CPIS, porém, elas foram organizadas em função das forças dos investigadores e das possibilidades de alojamento a chegada. O habitual foi percorrer a pé entre 20 e 25 quilómetros, com uma duração de aproximadamente 5-7 horas, incluindo uma pequena paragem de 30

minutos a meio da etapa para recuperar forças. Esta questão não é banal, antes pelo contrário, nos caminhos de Santiago há uma luta pela posição do fim e do início das etapas – troços, pois é aí que os peregrinos consomem mais bens e serviços, deixando riqueza económica nessas localidades. Estar na metade de um troço, algo não sempre fixo, representa uma posição de menor força na atração, alojamento, acolhimento ou oferta de serviços aos peregrinos. O momento do ciclo de vida na reinvenção deste caminho ainda não apresenta de forma evidente este tipo de problemas que já se observam noutros caminhos de Santiago (ex. Observação pessoal no Caminho francês de Santiago de Compostela).

Outra questão dialética é a das variantes do CPIS. Ainda que haja um percurso oficial definido pelas autarquias e pelos seus técnicos, há no contorno do CPIS alguns movimentos sociais que defendem variantes do percurso. Uma delas é o percurso definido como "Coração do Douro" (Pinhão – Sanfins do Douro – Alijó – Vila Pouca de Aguiar), que em 24 de março de 2018 foi realizado no seu primeiro troço por um grupo de caminheiros de Sanfins do Douro (cf. Ver: https://www.wikiloc.com/hiking-trails/caminho-santiago-variante-coracao-do-douro-1a-etapa-34844833). Esta iniciativa contou com o apoio do Clube Desportivo Sanfinense, da Junta de Freguesia do Pinhão, de Favaios, de Sanfins, de Vila de Maçada e o Município de Alijó, que disponibilizou um autocarro de apoio e motorista, e que efetuou o transporte dos participantes.

Em jeito de sumário, só 9% do trajeto do CPIS coincide com estradas nacionais e 25% com estradas secundárias, o resto, isto é, 66%, passa em caminhos de terra. E em relação com a sinalética, os municípios colocaram 678 elementos, 1 sinal cada 315 metros (Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, 2021: 43 e 55).

5. Os patrimónios culturais no CPIS

O CPIS é uma rota histórica de peregrinação que está sendo recuperada e revitalizada recentemente pelos municípios locais, mas que tem uma longa história e uma estratigrafia cultural de patrimónios culturais pouco conhecidos ainda pelo grande público e com um nível de identificação e adesão social baixo, ainda em construção e crescimento. O território do CPIS é atravessado por dois patrimónios culturais mundiais reconhecidos pela UNESCO:

a) O Alto Douro Vinhateiro, na categoria de paisagem evolutiva viva, desde 2001. Ver: https://whc.unesco.org/en/list/1046

b) O processo de fabrico do barro preto de Bisalhães (Vila Real), na categoria de PCI (património cultural imaterial), desde 2016. Ver: https://ich.unesco.org/en/USL/bisalhaes-black-pottery-manufacturing-process-01199?USL=01199 e a tese de doutoramento do Prof. Dr. Edgar Bernardo (2020).

Este reconhecimento internacional patrimonial para a zona é complementado por todo um conjunto de elementos patrimoniais reconhecidos como património cultural pela legislação patrimonial portuguesa, que vão ser analisados neste nosso relatório. E entre todos estes, destaca-se o elevado número de património cultural jacobeu, ou seja, aquele dedicado ao culto de Santiago ou São Tiago, patrono de Portugal antes da criação de Reino de Portugal na Idade Média, e cujo culto previveu e previve com grande presença na cultura material e imaterial de Portugal, especialmente no Norte de Portugal como defendem vários autores (Serrão, 1973; Cruz, 1973; Baquero Moreno, 1986; Cunha, 2005, Fernandes, 2014; Fernandes, 2018) e como demonstramos recentemente nos nossos trabalhos de investigação publicados (Pereiro e Gómez-Ullate, 2018; Pereiro, 2018; 2019a;2019b;2019c; Gomes, Losada e Pereiro, 2019; Pereiro e Azevedo, 2020).

5.1. A legislação do património cultural em Portugal e o seu registo no CPIS

Para um melhor enquadramento do património cultural jacobeu e do PCI em particular vamos realizar uma breve análise da classificação jurídica dos bens patrimoniais no território do CPIS (municípios). A classificação jurídica do património cultural português tem por base a Lei nº 107/2001 (cf. http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/), os patrimónios culturais podem classificar-se em três tipos (imóveis, móveis e imateriais), e segundo uma hierarquia de importância, relevância e reconhecimento territorial em três categorias:

a) Bens de Interesse Nacional: monumentos nacionais imóveis (monumentos, conjuntos e sítios), tesouros nacionais móveis, patrimónios culturais da humanidade.
b) Bens de Interesse Público.
c) Bens de Interesse Municipal.

No caso do CPIS temos, hoje em dia, os seguintes bens culturais classificados como património cultural:

Tabela 9: Bens culturais classificados no CPIS por categorias segundo a Lei 107/2001

Bens de interesse nacional	24
Bens de interesse público	80
Bens de interesse municipal	13
Total	117

Fonte: Elaboração própria com base em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

De forma resumida podemos afirmar que quase não existem bens culturais do PCI classificados polo que acresce a sua urgente identificação, catalogação e investigação. O CPIS atravessa 108 paróquias e nelas podemos encontrar 117 bens culturais patrimoniais classificados enquanto o grau de interesse e relevância. A maioria são de tipo imobiliário e religioso.

Segundo a nossa base de dados dos patrimónios culturais do CPIS (cf. https://www.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=37deb265f0834e3a81ef8e0377ef4f8d), nesta rota existem 507 elementos culturais patrimoniais não protegidos nem classificados, e 9 pontos de interesse paisagístico e natural, o que demonstra como a seleção patrimonial é sempre um canalizador e uma versão da cultura e da natureza. Mas a questão importante aqui é a identificação e caraterização do património cultural associado à peregrinação a Santiago e ao culto jacobeu.

Em torno do CPIS existem 17 bens patrimoniais culturais jacobeus de tipo material, ou seja, ligados ao culto de Santiago. Correspondem estes ao património religioso, como igrejas e capelas, que têm como orago Santiago. A igreja de Santiago de Mondrões, em Vila Real, é a única classificada e reconhecida pela legislação portuguesa, neste caso como Imóvel de Interesse Público.

Se bem a ligação histórica do CPIS com o culto de Santiago está bem documentada e é algo consensual entre os investigadores (cf. Cunha, 1995; 2001; Fernandes, 2014; Fernandes, 2018; Pereiro, 2019a), o seu legado cultural material e imaterial está destacadamente presente hoje no Centro e Norte de Portugal, especialmente no interior do país. Em relação a esta questão na tabela abaixo registamos um catálogo completo de 23 elementos patrimoniais imobiliários jacobeus, especialmente igrejas e capelas ligados ao orago ou padroeiro Santiago (ver: https://cpis.utad.pt/), que mostram a importância do legado histórico-cultural jacobeu e a sua íntima e intensa associação ao CPIS:

Tabela 10: Identificação de património cultural imobiliário jacobeu no CPIS

Concelho	Igreja / Capela	Freguesia	Coordenadas	Património Protegido	Link
Chaves	Igreja Paroquial de Vilarelho da Raia / Igreja de São Tiago	Vilarelho da Raia	41°50'34.6"N 7°27'06.8"W	Inexistente	
	Capela de Santiago	Ervededo (Largo da Capela, Rua de SãoTiago)	41°48'51.5"N 7°30'52.5"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=29481
	Capela de São Tiago	Vilela do Tâmega (Rua de São Tiago)	41°40'36.7"N 7°31'39.2"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12150
	Igreja Paroquial de Seara Velha / Igreja de São Tiago	Seara Velha (Rua de São Tiago)	41°45'58.2"N 7°33'37.8"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=12142
	Igreja Paroquial de Tronco / Igreja de São Tiago	Tronco	41°46'38.1"N 7°17'42.6"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Oura / Igreja de Santiago	Oura	41°36'59.4"N 7°33'57.7"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11844

Vila Pouca de Aguiar	Igreja Paroquial de Soutelo de Aguiar / Igreja de São Tiago	Soutelo de Aguiar	41°28'42.135"N 7°39'57.597"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32317
Vila Real	Igreja Paroquial de Andrães / Igreja de São Tiago	Andrães	41°15'56.578"N 7°41'8.390"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Folhadela / Igreja de São Tiago	Folhadela	41°16'48.9"N 7°44'20.3"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Lamas de Olo / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Borbela e Lamas de Olo	41°22'15.4"N 7°47'53.9"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Mondrões / Igreja de São Tiago	Mondrões	41°17'39.3"N 7°47'41.8"W	Imóvel de Interesse Público	
	Igreja Paroquial de Vila Cova / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova (Rua de São Tiago – Largo Madre Maria Clara)	41°18'58.205"N 7°51'24.289"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4179
Santa Marta	Igreja Paroquial de	Fontes	41°13'30.5"N	Inexistente	

de Penaguião	Fontes / Igreja de Santiago		7°49'02.5"W		
Peso da Régua	Capela de São Tiago	Sedielos	41°12'46.359" N 7°51'18.188" W	Inexistente	
Lamego	Ermida de São Tiago Maior	Penajóia		Inexistente	
	Igreja Paroquial de Magueija / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca (Estrada de Santaigo)	41°03'12.4"N 7°52'34.0"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14502
	Igreja Paroquial de Sande / Igreja de São Tiago	Sande	41°07'27.6"N 7°47'04.2"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14520
Castro Daire	Capela de São Tiago	União das freguesias de Mezio e Moura Morta	40°57'0.000"N 7°54'44.892"W	Inexistente	
	Ermida de São Tiago Maior	Castro Daire	40°54'38.6"N 7°54'45.2"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Picão / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Picão e Ermida	40°56'48.1"N 7°56'52.3"W	Inexistente	

Viseu	Capela de São Tiago	São Pedro de France	40°41'32.701"N 7°47'20.951"W	Inexistente	
	Igreja de São Tiago	União das freguesias de Viseu	40°40'20.8"N 7°54'09.8"W	Inexistente	
	Igreja Paroquial de Cepões / Igreja de São Tiago	União das freguesias de Barreiros e Cepões (Estrada de São Tiago)	40°44'57.102"N 7°48'36.576"W	Inexistente	http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14952

Fonte: Trabalho de análise documental de Pedro Azevedo (CETRAD-UTAD) feito no âmbito do projeto Geoarpad – CPIS.

A geolocalização deste tipo de património cultural jacobeu (23 igrejas e capelas com a advocação de Santiago) é referenciada na figura abaixo e também na web do projeto Geoarpad-CPIS: https://cpis.utad.pt/mapas/. Este tipo de património cultural jacobeu costuma estar associado a outros tipos de património cultural, como o imaterial (ex. ruas ou estradas com o nome de São Tiago). E se temos em atenção a contagem feita por Arlindo Cunha (2001) de 140 ermidas, capelas e igrejas de Santiago no Norte de Portugal, o CPIS teria o 16% desse tipo de património cultural jacobeu.

Figura 6: Localização do património cultural jacobeu (igrejas e capelas) ao longo do CPIS

Fonte: Elaboração de Ricardo Bento (UTAD – CETRAD).

E ainda mais, no passado existiram mais igrejas e capelas dedicadas a São Tiago, que com passar dos séculos foram transformadas e atribuídas a outro orago ou santo (Eixo Atlântico, 2015: 70):

Tabela 11: Identificação de antigas igrejas e capelas de Santiago no CPIS

Concelho	Igreja / Capela	Freguesia	Coordenadas	Património Protegido	Link
Castro Daire	Capela da Senhora da Saúde, antes de Santiago	**Vila Meã**	**40°49'00.9"N 7°52'02.5"W 40.816903, -7.867354**		

Castro Daire	Igreja de Mezio: imagem de São Tiago o Maior Peregrino	**Mezio**	**40°59'01.4"N 7°53'20.7"W** **40.983711, -7.889080**		
Castro Daire	Capela de Santiago e imagem de Santiago	**Baltar**	**40°54'38.7"N 7°54'45.2"W** **40.910759, -7.912547**		**https://www.allaboutportugal.pt/pt/castro-daire/religiao/capela-de-sao-tiago-23**
Castro Daire	Ermida de São Tiago entre Portas de Montemuro e Mouramorta	**Mouramorta**	**40°57'00.2"N 7°54'44.5"W** **40.950064, -7.912369**		
Lamego	Fonte de São Tiago	**Lamego**	**-**		
Santa Marta de Penaguião	Antiga Capela de Santiago	**São Gonçalo de Lobrigos**	**-**		
Vila Real	Antiga capela de Santiago no Largo do Tavolado	**Situada na área da Avenida Carvalho Araújo**	**-**		**(Arlindo Cunha, ebook CPIS: 13).**
Chaves	Antiga capela de	**Oura**	**-**		**"a paróquia estava no cimo**

	Santiago de Vila Meã				**do lugar, mas dentro do povo, e a igreja tinha três altares: o altar-mor, onde se acha colocado o Santíssimo Sacramento com a imagem de São Santiago, orago da freguesia" (…) (Monumentos).**
Chaves	Antiga capela de Santiago	**Redial**	**41°40'36.7"N 7°31'39.4"W** **41.676864, -7.527609**		
Chaves	Antiga capelinha de Santiago em Couto de Ervededo	**Ervededo**	**41°48'51.4"N 7°30'52.0"W** **41.814281, -7.514443**		

Fonte: Eixo Atlântico (2015: 70).

Segundo Arlindo Cunha (2005: 64), a substituição de São Tiago por Santa Maria aconteceu no século XIX em todo o interior Norte de Portugal. A autoridade eclesiástica decidiu a mudança para combater os excessos do verão (festa de São Tiago em 25 de julho). Ainda assim não foi efetiva em todo o território, como mostra a conservação do orago e dos topónimos de São Tiago ao longo do território CPIS.

Outro elemento patrimonial jacobeu importante é a iconografia escultórica de Santiago, onde no CPIS encontramos vários exemplos indicados na tabela abaixo:

Tabela 12: Iconografia escultórica de Santiago no CPIS

Chaves	Paroquial de Santiago de Vilarelho da Raia	Santiago peregrino na sacristia
	Igreja de Seara Velha	Cavalo sem o apóstolo
	Santuário de São Caetano, Ervededo	"Uma imagem de pedra do Apóstolo a cavalo que era desta capela (extinta Santiago de Ervededo) foi «dada» ao santuário vizinho de S. Caetano, onde ainda se conserva" (Cunha, livro CPIS: 18).
Vila Real	Igreja Matriz de Folhadela / Igreja de São Tiago	Na Igreja de Santiago de Folhadela, existe uma escultura de madeira polícroma do século XVI-XVII, de Santiago Apóstolo-Peregrino, com os atributos que lhe são próprios, sobre uma peanha vítrea, do lado do Evangelho da capela-mor, local dedicado especialmente ao orago da freguesia.
	Igreja Paroquial de Andrães / Igreja de São Tiago	Santiago Apóstolo-Peregrino é a imagem do padroeiro da Igreja paroquial de Andrães, cuja fundação data do século XI. Este belo Santiago em

		madeira policromada deve datar dos séculos XVI-XVII, com túnica talar, manto, livro e descalço, como os outros da mesma tipologia, mas com bordão com cabaça, bolsa e chapéu de peregrino. As vieiras estão representadas esquematicamente nas vestes do santo.
	Igreja Paroquial de Mouçós e arca tumular românica / Igreja de São Salvador	Escultura de Santiago vem representado como uma simbiose de dois tipos iconográficos, Apóstolo e Peregrino: Apóstolo - com uma auréola, envergando uma túnica talar e toga; com um livro na mão esquerda; tem cabelo e barba comprida - e como Peregrino - usando bordão, cabaça, alforge, chapéu de abas largas onde está colocada uma concha de vieira.
	Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe	Originalmente, o patrono da Capela foi Santiago, tendo mudado para Nossa Senhora de Guadalupe no tempo da ocupação filipina, de Portugal. Ainda se conserva a imagem de Santiago, quatrocentista, esculpida em

		granito, junto ao altar-mor, do lado esquerdo,
	Capela Nova	"Imagem de Santiago (certamente proveniente da antiga ermida do Apóstolo existente no «Campo do Tabolado» e foi destruído no início do século XX para se construir a Av. Carvalho de Araújo). Está hoje na Igreja clérigos ou Capela Nova, de Vila Real" (Cunha, 2019: 13).

Fonte: Eunice Salavessa (UTAD) e Pedro Azevedo (UTAD).

Também as pinturas murais com temáticas jacobeias e ligadas ao culto de Santiago são importantes, assim demonstradas na tabela abaixo:

Tabela 13: Pinturas murais jacobeias no CPIS

Chaves		Igreja de Nossa Senhora da Azinheira	é possível identificar a figura do Apóstolo Santiago, localizado em primeiro plano, do lado do Evangelho (lado esquerdo do grupo de apóstolos). De destacar, uma semicúpula com a forma de uma concha de vieira, cujo espaço aéreo envolve a imagem da pomba. A concha de vieira representa o

			principal distintivo dos peregrinos jacobeus, o que vem reforçar a ideia de que esta Igreja de Santa Maria da Azinheira foi ponto de passagem de peregrinações a Santiago de Compostela.
	Igreja Seara Velha		Pintura de Santiago peregrino no Caixotão da igreja paroquial de Seara Velha
Vila Real		Igreja de São Brás	
		Igreja Matriz de Folhadela / Igreja de São Tiago	
		Igreja Paroquial de Vila Marim / Igreja de Santa Marinha	Pinturas Murais do séc. XVI, com temática jacobeia, representando Santiago-Apóstolo dormitando no Jardim das Oliveiras.
Santa Marta de Penaguião		Igreja Paroquial de Fontes / Igreja de Santiago	painel de azulejos com a seguinte inscrição: “Dar a pousada a peregrinos / Vale menos do que dar/ moradia às pobres

			almas / no coração dum lugar". Cunha, 2007: 92). Tecto da igreja (Cunha, 2007: 90).
Castro Daire	Mezio e Moura Morta	Igreja (inexistente)	"No **Mezio** pode ver-se uma pintura de Santiago no tecto almofadado da paroquial, onde há também uma imagem de S. Gonçalo" (Cunha, 2019: 13)

Fonte: Eunice Salavessa (UTAD) e Pedro Azevedo (UTAD).

A representação iconográfica de Santiago nas pinturas murais e nas esculturas das igrejas do CPIS é como no resto de Portugal, a do Santiago Peregrino, que veste até aos pés, capa ou romeira, chapéu, bordão, saco e vieira, de pé e descalço. Esta iconografia tem sido estudada de forma pormenorizada e exaustiva no território CPIS pela historiadora da arte, a Prof.a Dr.a Eunice Salavessa (2019). Portanto, face a outros territórios, onde se representa o Santiago mata-mouros, o Santiago guerreiro e o Santiago Apóstolo de Cristo, no CPIS, a imagem dominante é a do Santiago peregrino. Um exemplo é uma das abóbadas de Casa de Mateus, que contempla uma pintura mural de Santiago e de São Gonçalo, santos ligados nas iconografias portuguesas.

Outros elementos simbólicos do património cultural jacobeu no CPIS são os seguintes:

a) Igreja de São Pedro, em Vila Real: "a colocação de uma vieira sobre a cartela do portal axial poderá aludir ao facto da igreja estar num dos

caminhos de Santiago" (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11836).

b) Igreja Paroquial de Vila Cova / Igreja de São Tiago (Vila Real): no interior há uma nave com paramentos rebocados e pintados, com silhar de azulejos azuis e brancos de composição ornamental, com símbolos da Paixão de Cristo, pavimento de marmorite e, sobre cornija pétrea, cobertura em falsa abóbada de berço, de madeira, com pintura policroma representando quatro anjos enquadrando cartela central com representação de São Tiago segurando livro e a cabaça de peregrino (Monumentos). (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4179).

c) Igreja de São Tiago, Lamas de Olo (Vila Real): Século XVI- época provável da construção da igreja; segundo o pároco António Ferreira Alves nas Memórias Paroquiais, a paróquia estava fora do lugar cerca de 80 passos e a igreja, com orago de São Tiago, tinha uma nave, três altares, um de São Tiago (…)" (Monumentos). (http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32249).

d) Igreja de Santa Marinha, Vila Marim (Vila Real): "Também na parede do lado do Evangelho, junto ao arco triunfal, encontram-se dois conjuntos de frescos sobrepostos, executados entre o século XV e o primeiro quartel do século XVI; no primeiro identifica-se, na zona superior, uma representação de Santa Catarina, ladeada por motivos de estampilha; do segundo conjunto, cuja composição se divide em três registos, identificam-se, no plano inferior, São Brás, Santo Antão e São Roque, no plano intermédio, a representação de Cristo no Jardim das Oliveiras, ladeado por Pedro, Tiago e João, e o Beijo de Judas, e no último registo, motivos de grutesco" (Monumentos)

(http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=14066).

e) Capela de São Brás (Vila Real): "A fachada meridional apresenta a cachorrada com os topos esculpidos com iconografia jacobeia: S. Tiago Apóstolo, vestindo túnica talar e toga com um livro, o Novo Testamento, a concha de vieira e a cabaça" (Salavessa, 2019: 37).

f) Capela do Senhor do Bom Caminho (Chaves), uma capela barroca situada no Campo da Fonte frente ao quartel dos Bombeiros, no bairro da Madalena em Chaves (ver no blog Chaves Antiga do Dr. Fernando Ribeiro: https://chaves.blogs.sapo.pt/181290.html?thread=463914).

E para além deste património cultural jacobeu de tipo religioso, encontramos no CPIS outro tipo de património cultural de tipo civil ligado ao culto jacobeu:

1) Como por exemplo o albergue de Penajóia (freguesia de Lamego), mandado construir no século XII por Dona Mafalda (esposa do rei Afonso Henriques) (cf. Cunha, 2005: 66; ver também http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/9204298/). Este imóvel foi catalogado como "Imóvel de Interesse Municipal" pela Câmara Municipal de Lamego em 2007, e ainda que em ruínas está associado à contigua Igreja de Nossa Senhora da Ajuda.
2) Ponte de Santiago em Couto de Ervededo (Chaves).
3) Fonte de Santiago em Magueija (Lamego) (Ver: http://uf-bigornemagueijapretarouca.pt/freguesia/galeria-de-fotos/category/40-monumentos-e-locais-de-interesse-magueija).
4) Quinta de Santiago (em Pedras Salgadas – Vila Pouca de Aguiar), ao pé do trajeto do CPIS.

5) Campo da Fonte em Chaves, no bairro da Madalena – os peregrinos paravam aqui para beber água e possuía vieiras esculpidas.
6) Hospital de Nossa Senhora de Roquemador, em Chaves, este especialmente vocacionado para a assistência aos peregrinos a Compostela.
7) São Tiago de Fontes (Santa Marta de Penaguião): painel de azulejos com a seguinte inscrição: "Dar a pousada a peregrinos / Vale menos do que dar/ moradia às pobres almas / no coração dum lugar. Cunha, 2007: 92).
8) Barcas de passagem no Peso da Régua: "Um pouco a montante, nas Caldas de Moledo, instituirá D: Afonso Henriques uma das mais famosas barcas de por Deus da nossa Idade Média. Nesse mesmo lugar, mas na margem esquerda do rio, instituiu D. Mafalda, sua mulher, a albergaria de Penajóia, para que nela se *"albergarent omnes illi qui ibi albergare vellent"* (Cunha, 2007: 89-90).

Mais além dos albergues atuais, o certo é que existiram "albergues" ou "hospitais" para peregrinos já desde tempo muito antigo. Assim o Eixo Atlântico (2015: 69-70) recolhe a existência histórica dos seguintes:

a) Vila Real: Existiu o Hospital de Espírito Santo, para peregrinos, que podiam ficar até 3 noites, e possuía capela.
b) Vila Pouca de Aguiar: Existiu em Gralheira (freguesia de São Tiago de Telões) uma albergaria.
c) Chaves: No século XI, Dona Mafalda (esposa do Rei Afonso Henriques) criou um albergue de peregrinos, dedicado a Santa Maria Madalena primeiro e logo a Nossa Senhora de Rocamador. Existiu também outro albergue no Palácio dos Duques de Bragança, ao pé da Igreja Matriz, o embrião da Misericórdia e fundado em 1498.
d) Montalegre: Hospital de Vilar de Perdizes, fundado em 1551, na variante de poente do CPIS por Seara Velha. Conserva uma inscrição de 1724.

5.2. O PCI jacobeu no CPIS

"No Caminho de Santiago tanta anda o coxo como o sano"
(Recolhido por Vicente Risco, inédito, Fundação Vicente Risco)

Em 1989 a UNESCO lança um convite para atuar no campo do PCI, é a "Recomendação para a Salvaguarda da cultura tradicional e popular", mais tarde, em 1993, a UNESCO promove o programa Tesouros Humanos Vivos. São dois primórdios importantes do atual conceito de PCI. A Convenção Internacional para a Salvaguarda do PCI do ano 2003, promovida pela Unesco (2003) vai definir nele os seguintes âmbitos:

- Tradições e expressões orais, incluída a língua;
- Artes do espetáculo;
- Práticas sociais, rituais e eventos festivos;
- Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;
- Artesanato tradicional: competências e conhecimentos para a sua produção;

A própria UNESCO (2003) referiu-se ao PCI como um património cultural vivo e nele o importante são as pessoas e os significados das suas produções culturais (cf. Bertrand Cabral, 2011) ligadas a tradições culturais e contextos sociais específicos que é preciso entender de forma holística. Os critérios para definição deste apoiam-se no seu valor excecional, na história cultural e na tradição, na afirmação da identidade de uma comunidade, na aplicação de saber-fazer e técnicas, em serem testemunhos vivos e na participação da comunidade.

O PCI jacobeu é um tipo de património cultural que no caso do Norte de Portugal e do CPIS em particular mostram memórias culturais que conformam identidades locais, regionais, nacionais e transnacionais. Com base no afirmado acima, consideramos o PCI jacobeu o património cultural imaterial ligado aos

caminhos de Santiago e a São Tiago em particular. Desde esta perspetiva o catálogo de elementos do PCI jacobeu, em construção, pode integrar os seguintes elementos:

a) Tradições e expressões orais, incluída a língua;

A devoção a Santiago nasce no contexto da Reconquista da Península Ibérica e encontra-se muito espalhada no Norte de Portugal (Cunha, 2005), e na literatura de tradição oral temos vários exemplos, alguns dos quais recolhidos no território do CPIS:

“Santiago da Galiza,
Que é da vossa galegagem?
-Foi pelo rio abaixo
Aprender a linguagem.
Quer na vida, quer na morte
Lá te hei-de ir beijar os pés”
(De Medrões, Santa Marta de Penaguião, recolhida em Leite de Vasconcelos, 1983: 208; 1986: 208).

“São Tiago da Galiza
é um cavaleiro forte:
e quem lá não for em vida
há-de ir lá depois da morte”
(De Carrazeda de Ansiães, recolhida em Leite de Vasconcelos, 1986: 61).

Ambos os cantares apresentam uma estrutura semelhante com a ideia obrigada de peregrinar a Santiago de Compostela de que quem não vai de vivo vai de morto, um elemento estrutural repetido em outras tradições de peregrinação religiosa católica como por exemplo no caso do santuário de São Andrés de Teixido, no norte da Galiza. A tradição da peregrinação a Santiago no Norte de

Portugal assenta na crença católica da salvação da alma e a peregrinação a Santiago como salvo-conduto para entrar no céu, no paraíso eterno.

Outra cantiga recolhida por nós no território do CPIS é a seguinte:

"Romeiro que a Santiago vais,
Purifica com esta água tua alma
que o Santo te guarde
para que não pecais!" (Mulher, 83 anos, habitante de Ervededo, Chaves, possivelmente referente à fonte do santuário de São Caetano. Recolhido pessoalmente por Pedro Azevedo a 13 de janeiro de 2021)

E também no território CPIS encontramos uma inscrição no adro da igreja paroquial de Santiago de Fontes (Santa Marta de Penaguião) que nos mostra o valor da solidariedade, o acolhimento e a hospitalidade para com o peregrino a Santiago (cf. Cunha, 2005: 81):

"Dar pousada aos peregrinos
Vale menos do que dar
Moradia às pobres almas
No coração do lugar".

Para além dessas tradições encontramos diversos ditados que relacionam o mês de São Tiago (julho) com atividades concretas (cf. Cunha, 2005: 69):

"Pelo São Tiago pinta o bago"
"Pelo São Tiago esconde o coelho o rabo"
"Pelo São Tiago atira o sacho p´ro diabo"

Outros ditados tradicionais que se ouvem no CPIS e no Norte de Portugal especialmente são os seguintes:

1) “Dar um santiago” significa derrotar e também dar uma coça (Cunha, 2005: 81).
2) “Todos os caminhos vão a Santiago” (Hernâni Carvalho, presidente da Associação de Caminheiros de Vila Real, entrevista 18-05-2016).
3) “Pelo São Tiago pinta o bago”. O significado associa o mês de São Tiago à maduração dos bagos ou uvas (cf. Blog de Humberto Ferreira sobre Outeiro Seco, Chaves, por onde passa o CPIS, ver https://outeiroseco-aqi.blogs.sapo.pt/42027.html).
4) “Francisco Teixeira (taxista, 55 anos aproximadamente): O caminho engrandece a alma; Xerardo Pereiro: E emagrece o corpo; (risos), Diário de campo, 7-07-2016)”.
5) “Santo Tiago, o da cabaça que guarda o vinho… quem não vai de vivo vai de morto” (Mulher, de Redial – Chaves, 50 anos aproximadamente, diário de campo, 11-03-2016).

Estes ditados, expressões e outros foram recolhidos por nós e também por Arlindo Cunha (2013). Eles simbolizam a cultura jacobeia do CPIS e a peregrinação a Santiago. A continuação vamos analisar algumas lendas e narrações orais relativas a Santiago no contexto do CPIS. A primeira faz referência às barcas de passagem no Peso da Régua:

“Um pouco a montante, nas Caldas de Moledo, instituirá D: Afonso Henriques uma das mais famosas barcas de por Deus da nossa Idade Média. Nesse mesmo lugar, mas na margem esquerda do rio, instituiu D. Mafalda, sua mulher, a albergaria de Penajóia, para que nela se “albergarent omnes illi qui ibi albergare vellent” (Cunha, 2007: 89-90).

A segunda contextualiza-se em Seara Velha:

“Um Santiago Matamouros a cavalo na frontaria da paroquial O Apóstolo caiu da alimária não sabe quando, mas o cavalo lá está, sem cavaleiro. As gentes do

lugar explicaram-me uma vez: se caiu é porque não queria lá estar, e por isso o não tornamos a pôr no sítio! Ora pega! O passado Verão voltei lá, estava já Santiago em seu cavalo!" (Cunha, 2019: 20).

A terceira é uma lenda sobre Santiago cavaleiro em Cimo de Vila da Castanheira (Chaves):

"Conta-se que foi Santiago de Compostela, montado num cavalo branco muito corredor, que escorraçou os mouros do castelo do Mau Vizinho [situado na freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, concelho de Chaves]; e que um mouro daquele castelo berrara a Santiago "que não fugisse tanto". Ao ouvir tal remoque, o santo deu um forte puxão ao freio; o cavalo, empinado, foi bater com as patas dianteiras a meia ladeira da rampa que dá subida para o alto do picoto. Ali ficaram marcadas as patas do grande cavalo, que se pode considerar, além de grande corredor, também um grande saltador, pois as "marcas das patas" estão, pelo menos, 6 a 7 metros acima da base do rochedo" (Parafita, 2006: 234).

Em Vilarelho da Raia, Chaves – "Conta-se que há muitos anos apareceu durante a noite uma mulher trapilha mas bem falante a dois peregrinos que iam a Santiago a pé. De repente transformou-se numa moura. Os dois peregrinos olharam para o céu estrelado e pediram a Santiago para que os acudisse e, assim foi. Apareceu e atirou a moura para um poço, do qual ainda hoje permanece" (testemunho recolhido de uma mulher residente em Vilarelho da Raia, 52 anos, em 22 de março de 2021, via telefónica).

Outro elemento do PCI jacobeu importante é o conjunto dos hagiotopónimos. Em todo o trajeto do CPIS encontramos vários topónimos de São Tiago que dão nome a "Rua de Santiago" (ex. na aldeia de Redial, entre Vidago e Chaves) e "Estrada de Santiago". Na tabela abaixo sistematizamos alguns destes topónimos, que evocam uma velha ligação jacobeia à passagem de peregrinos pelo atual território do CPIS.

Tabela 14: Topónimos de São Tiago – Santiago encontrados no CPIS

Viseu	Estrada de Santiago
	Avenida Caminhos de Santiago
Castro Daire	Vila Meã – Rua de São Tiago
	Castro Daire – Rua São Tiago
	Moura Morta – Bairro Moura Viva
Lamego	Magueija – Rua e Estrada de São Tiago
Vila Pouca de Aguiar	Gralheira – Rua da Parada
	Gralheira – Rua da Estalagem
	Parada – invoca local de paragem dos peregrinos
	Cidadelha – Rua da Calçada
	Cidadelha – Estrada Romana
Chaves	Oura – Rua Caminho de Santiago (Ponte dos períodos romana e medieval de Oura)
	Redial – Rua de São Tiago
	Chaves – Rua São Tiago
	Mairos – Avenida Santiago
	Localidade de Santiago (Nogueira da Montanha)
	Ervededo – Rua de São Tiago

Fonte: Elaboração própria com base em trabalho de campo e trabalho documental

Das 96 freguesias (administração civil pública) e 108 paróquias (eclesiásticas) dos municípios do CPIS (fonte: Anuário Católico e Websites das Câmaras, ver: http://www.anuariocatolicoportugal.net/lista_paroquias.asp) 9 ainda conservam

hoje o nome de São Tiago, isto é 9% das freguesias e 8% das paróquias. Na tabela abaixo expomos a desagregação destes dados.

Tabela 15: Freguesias e paróquias atravessadas pelo CPIS e os seus oragos

Concelho	Nr. freguesias	ORAGOS	Freguesias	Nr. União de Freguesias	Nr. freguesias	Paróquias
Viseu	1	Nossa Senhora dos Prazeres	Abraveses		1	1
Viseu	1	Nossa Senhora da Natividade	Calde		1	1
Viseu	1	Santa Maria Madalena	Campo		1	NÂO
Viseu	1	Coração de Jesus	Viseu (Coração de Jesus)	Viseu (Santa Maria de Viseu, Coração de Jesus e São José)	1	1
Viseu	1	Nossa Senhora da Assunção	Viseu (Santa Maria)			1
Viseu	1	São José	Viseu (São José)			1
Viseu	1	São Pedro	Cota		1	NÂO
Viseu	1	Santa Eulália	Couto de Baixo	Coutos (Couto de Baixo e Couto de Cima)	1	1
Viseu	1	São Miguel Arcanjo	Faíl	Faíl e Vila Chã de Sá	1	1
Viseu	1	São João Baptista	Vila Chã de Sá			1
Viseu	1	Nossa Senhora da Luz	Farminhão	União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita	1	1
Viseu	1	Nossa Senhora da Anunciação	Torredeita			1
Viseu	1	São Pedro	Lordosa		1	1
Viseu	1	Nossa Senhora da Conceição	Mundão		1	1
Viseu	1	Santa Ana	Orgens		1	1
Viseu	1	Nossa Senhora da Ouvida	Ranhados		1	1
Viseu	1	São Simão	Rio de Loba		1	1
Viseu	1	São Cipriano	São Cipriano	União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto	1	1
Viseu	1	São João Baptista	Vil de Souto			1
Viseu	1	Nossa Senhora da Esperança	Repeses	Repeses e São Salvador	1	1
Viseu	1	São Salvador	São Salvador			1
Castro Daire	1	São Pedro	Castro Daire		1	1
Castro Daire	1	S. Tiago (Picão); Nossa Sra. da Conceição (Ermida);	Ermida	Picão e Ermida	1	1
Castro Daire	1	São Pedro	Gosende		1	1
Castro Daire	1	S. Pedro	Mões		1	1
Castro Daire	1	Santa Maria de Moledo	Moledo		1	1

	Castro Daire	1	Divino Espírito Santo	Monteiras		1	1
	Castro Daire	1	São Miguel	Mezio	União das Freguesias de Mezio e Moura Morta	1	1
	Castro Daire	1	Nossa Senhora da Apresentação	Moura Morta			1
	Castro Daire	1	Nossa Senhora da Anunciação	Pepim		1	1
	Castro Daire	1	São Martinho	Alva	União das Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos	1	1
	Castro Daire	1	São Miguel	Mamouros			1
	Castro Daire	1	Santo André	Ribolhos			1
	Lamego	1	Santa Maria Maior	Lamego (Almacave)	Lamego (Almacave e Sé)	1	1
	Lamego	1	Nossa Senhora da Assunção	Lamego (Sé)			NÃO
	Lamego	1	São João Baptista	Avões		1	1
	Lamego	1	São Sebastião	Bigorne	Bigorne, Magueija e Pretarouca	1	1
	Lamego	1	São Tiago	Magueija			1
	Lamego	1	São Tiago	Pretarouca			1
	Lamego	1	São Martinho	Cambres		1	1
	Lamego	1	Nossa Senhora do Rosário	Cepões	Cepões, Meijinhos e Melcões	1	1
	Lamego	1	Santa Maria	Meijinhos			1
	Lamego	1	Santa Maria	Ferreira de Avões		1	1
	Lamego	1	São João Baptista	Figueira		1	1
	Lamego	1	São Miguel Arcanjo	Lazarim		1	1
	Lamego	1	São Pedro	Penude		1	1
	Lamego	1	São Tiago	Sande		1	1
	Lamego	1	Parada do Bispo - Santo André; Valdigem - São Martinho;	Valdigem	Parada do Bispo e Valdigem	1	1
	Lamego	1	São Sebastião	Vila Nova de Souto D´El Rei		1	1
	Peso da Régua	1	Nossa Senhora das Neves	Vilarinho dos Freires		1	1
	Peso da Régua	1	São Miguel	Fontelas		1	1
	Peso da Régua	1	Peso da Régua - São Faustino; Godim - São José;	Peso da Régua	Peso da Régua e Godim	1	1
	Peso da Régua	1	São Pedro	Loureiro		1	1
	Peso da Régua	1	Canelas - Nossa Senhora das Candeias; Poiares - São Miguel Arcanjo;	Canelas	União das Freguesias de Poiares e Canela	1	NÃO
	Santa Marta de Penaguião	1	Santo António	Alvações do Corgo		1	1
	Santa Marta de Penaguião	1	Santa Eulália	Cumieira		1	1
	Santa Marta de Penaguião	1	São Tiago	Fontes		1	1
	Santa Marta de Penaguião	1	São Sebastião	Fornelos	União de freguesias de Louredo e Fornelos	1	1

	Santa Marta de Penaguião	1	Nossa Senhora da Purificação	Louredo			1
	Santa Marta de Penaguião	1	Divino Salvador	Medrões		1	1
	Santa Marta de Penaguião	1	Santo André	Sanhoane		1	1
	Santa Marta de Penaguião	1	São João Baptista	Lobrigos (São João Baptista)	União das Freguesias de Lobrigos	1	1
	Santa Marta de Penaguião	1	São Miguel	Lobrigos (São Miguel)			1
	Santa Marta de Penaguião	1	Santo Adrião	Sever		1	1
	Vila Real	1	Santa Maria	Adoufe	Adoufe e Vilarinho de Samardã	1	1
	Vila Real	1	São Martinho	Vilarinho da Samardã			1
	Vila Real	1	São João Baptista	Arroios		1	1
	Vila Real	1	Borbela - Santa Maria; Lamas de Olo - São Tiago;	Borbela	Borbela e Lamas de Olo	1	1
	Vila Real	1	São Tiago	Folhadela		1	1
	Vila Real	1	Santa Maria Madalena	Lordelo		1	1
	Vila Real	1	São Martinho de Tours	Mateus		1	1
	Vila Real	1	São Tiago	Mondrões		1	1
	Vila Real	1	Mouçós - Divino Salvador; Lamares - São João Baptista;	Mouçós	Mouçós e Lamares	1	1
	Vila Real	1	São Pedro	Nogueira	Nogueira e Ermida	1	1
	Vila Real	1	Santa Comba	Ermida			1
	Vila Real	1	Nossa Senhora da Conceição	Nossa Senhora da Conceição	Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Dinis e São Pedro)	1	1
	Vila Real	1	São Dinis	São Dinis			1
	Vila Real	1	São Pedro	São Pedro			1
	Vila Real	1	São Cristóvão	Parada de Cunhos		1	1
	Vila Real	1	São Tomé do Castelo - São Tomé; Justes - Santa Maria Madalena;	São Tomé do Castelo	São Tomé do Castelo e Justes	1	1
	Vila Real	1	Divino Salvador	Torgueda		1	1
	Vila Real	1	Santa Marinha	Vila Marim		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	Nossa Senhora da Assunção	Afonsim		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	São Martinho	Bornes de Aguiar		1	NÃO
	Vila Pouca de Aguiar	1	São Pedro	Bragado		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	São João Baptista	Capeludos		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	Pensalvos - Santa Eulália; Parada de Monteiros - São Pedro;	Pensalvos	Pensalvos e Parada de Monteiros	1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	São Tiago	Soutelo de Aguiar		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	Divino Salvador	Telões		1	1

	Vila Pouca de Aguiar	1	Santa Iria	Valoura		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	Divino Salvador	Vila Pouca de Aguiar		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	Nossa Senhora da Natividade	Vreia de Bornes		1	1
	Vila Pouca de Aguiar	1	Santo Amaro	Sabroso de Aguiar		1	NÃO
	Vila Pouca de Aguiar	1	Santo António	Lixa do Alvão	Alvão	1	NÃO
	Chaves	1	Santa Maria Madalena	Bustelo		1	1
	Chaves	1	São Tomé	Arcossó	Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras	1	1
	Chaves	1	Nossa Senhora da Expectação	Selhariz			1
	Chaves	1	Nossa Senhora da Conceição	Vidago			1
	Chaves	1	São Francisco	Vilarinho das Paranheiras			1
	Chaves	1	Santo André	Curalha		1	1
	Chaves	1	São Martinho	Ervededo		1	1
	Chaves	1	Nossa Senhora da Conceição	Faiões		1	NÃO
	Chaves	1	Santa Maria	Lamas de Arcos		1	NÃO
	Chaves	1	São Tiago Maior	Oura		1	1
	Chaves	1	São Miguel	Outeiro Seco		1	1
	Chaves	1	Nossa Senhora da Expectação	Samaiões		1	1
	Chaves	1	Santo Estevão	Santo Estêvão		1	1
	Chaves	1	São Pedro	São Pedro de Agostém		1	1
	Chaves	1	São Domingos	Vale de Anta		1	NÃO
	Chaves	1	Nossa Senhora das Neves	Vila Verde da Raia		1	NÃO
	Chaves	1	Divino Salvador	Vilar de Nantes		1	1
	Chaves	1	São Tiago	Vilarelho da Raia		1	1
	Chaves	1	São Gonçalo	Vilas Boas		1	1
	Chaves	1	Nossa Senhora da Assunção	Vilela Seca		1	1
	Chaves	1	Nossa Senhora da Assunção	Vilela do Tâmega		1	1
	Chaves	1	Santa Maria Maior	Santa Maria Maior		1	1
	Chaves	1	Madalena - Santa Maria Madalena; Samaiões - Nossa Senhora da Expectação	Madalena	Madalena e Samaiões	1	1
	Chaves	1	Santa Clara	Sanjurge	Santa Cruz/Trindade e Sanjurge	1	1
	Chaves	1	Sagrada Família	Santa Cruz/Trindade			1
		119				**96**	**108**

Fonte: http://www.anuariocatolicoportugal.net/lista_paroquias.asp e websites das câmaras municipais

Por outro lado, na etnobotânica tradicional do Norte de Portugal e do território do CPIS existe a “erva de Santiago” (*jacobaea vulgaris* – senécio jacobaea), que floresce em julho nos lameiros. Também designada como casánio ou erva do sapo.

Figura 7: Imagem da Erva de Santiago

Fonte: https://lunaedew.wordpress.com/2015/03/22/seneciojac/

A função de São Tiago como santo protetor da natureza e da produção agrária e vitivinícola é comum ao longo do CPIS. Em Redial, a 10 km da cidade de Chaves, uma aldeia atravessada pelo CPIS, habitada por 12 pessoas e com boa produção vitivinícola, uma senhora de uns 50 anos aproximadamente diz-nos que o padroeiro da aldeia é São Tiago, “o da cabaça que guarda o vinho” (Diário de campo de Xerardo Pereiro, 11-03-2016). Mais ainda, Santiago também está presente em Portugal no nome das pessoas, uma história do CPIS contada pelo peregrino José Mouro Pinto (2019: 20) sobre uma família neorural da aldeia de Cabrum (freguesia de Calde, Viseu) é bem significativa:

"Subi em direção ao principal conjunto das casas da aldeia, onde está a capela da Sr.a da Boa Fé. Ali, encontrei outros jovens habitantes, que vivem em comunidade, em comunhão com a natureza – um deles, o Tim, que andava de tanga, pai do Santiago que nasceu em abril; a mãe é a conimbricense Tatiana. Contou-me que puseram esse nome ao filho por ali passar o Caminho de Santiago."

b) Artes do espetáculo;

Neste item podemos incluir entre outros a antiga existência de uma confraria da antiga capela de Santiago (Largo do Tavolado, Vila Real), datada no século XV (Eixo Atlântico, 2015: 70).

c) Práticas sociais, rituais e eventos festivos.

A prática social mais recorrente no CPIS é a caminhada dos turiperegrinos modernos (Pereiro, 2019), e ela é uma atividade criadora e reforçadora de laços sociais, um exemplo é o seguinte:

"É que quando se caminha vários, vários quilómetros por dia, estão criadas as condições para a convivência: passamos a ter tempo – tempo de cooperação e tempo imperturbável – e o desafio físico extremo inerente desperta o que de mais genuíno há no ser humano. Essa convivência nua e crua permitiu-nos, a mim e a meu pai, conhecermo-nos de uma forma mais profunda e encontrarmos, consequentemente, uma maior admiração mútua e traços comuns." (Nuno Mouro Pinto, em Mouro Pinto, 2019: 7).

Este testemunho de Nuno Mouro Pinto, o filho de José Mouro Pinto, "lusitano de nascimento e galego por adoção" (Mouro Pinto, 2019: 9), é significativo e revelador de uma prática social reiterada pelos peregrinos nas entrevistas que tivemos com eles (Pereiro, 2019). Ele representa uma nova forma de estar na vida, na procura de um novo centro espiritual mais além das coisas materiais. Não é só moda, saúde, bem-estar, desporto, turismo e lazer, é uma prática social

contemporânea que tem rituais sociais específicos e elementos materiais condensados nas mochilas do peregrino.

A experiência do caminho é única, singular e subjetiva. O livro autobiográfico e experiencial de José Mouro Pinto (Mouro Pinto, 2019), no qual expressa a vivência do CPIS como viagem interior vestido de "romano" é bem próprio da literatura de viagens e mostra muito algumas das práticas sociais do CPIS e de outros caminhos de Santiago: caminhar, comunicar com os nativos, pregar, tirar fotografias e selfies, comer, beber, dormir. Ele começa a sua primeira etapa na cidade de Viseu e segue para Abraveses, Almargem, Cabrum, Vila Meã, Moledo e Mões. Logo seguiu por Vila Boa, Ribolhos, Vila Franca, Folgosa, Mosteiro, Fareja e Vila Pouca (de Castro Daire). Leva carro de apoio e na segunda etapa começa no mesmo local onde acabou a anterior e dirige-se a Moura Morta atravessando o rio Vidoeiro, segue logo pela serra de Montemuro. Abandona o CPIS e segue para Braga por Cinfães. Passa no Picão (igreja de Santiago), ribeiro da Carvalhosa ou da Mulher, Pereira, Cêtos, Póvoa de Montemuro e Alhões. A terceira segue de Alhões para o Quinhão, passa em Meridãos, Cinfães, atravessa o rio Douro e segue em direção a Braga. É este um testemunho pessoal com descrições próprias da literatura de viagens.

Por outro lado, no caso do território do CPIS encontramos os eventos festivos diretamente relacionados como o PCI jacobeu identificados na tabela abaixo.

Tabela 16: Eventos festivos jacobeus no CPIS

Distrito	Concelho	Freguesia	Festividade
Viseu	Viseu	União de Freguesias de Barreiros e Cepões	Festa de São Tiago Maior - Comemora-se a 25 de julho no Bairro de Santiago
	Castro Daire	Baltar, Freguesia de Castro Daire	São Tiago – Baltar (3º Domingo de julho)
	Lamego	União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca	Festa de São Tiago - 25 de julho ou último Domingo de julho
		Sande	Festa de São Tiago - penúltimo fim-de-semana de julho
Vila Real	Peso da Régua	Sedielos	Festão de São Tiago – 25 de julho
	Santa Marta de Penaguião	Fontes	Festa de São Tiago – 25 de julho
	Vila Real	Folhadela	Festa de São Tiago - último fim de semana do mês de julho
		Andrães	Festa de São Tiago - penúltimo fim-de-semana de julho
	Vila Pouca de Aguiar	-	-
	Chaves	Mairos	Festa de São Tiago - 3º domingo de agosto

		Santiago da Montanha – Nogueira da Montanha	Festa de São Tiago - 27 de julho
		Oura	Festa de São Tiago - 3º fim-de-semana de julho
		Oucidres - Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela)	Festa de São Tiago - 3º fim-de-semana de julho
		Seara Velha - Soutelo e Seara Velha	Festa de São Tiago – 25 de julho
		Vilarelho da Raia	Festa de São Tiago – 25 de julho
		Vilela do Tâmega	Festa de São Tiago – 25 de julho

Fonte: Elaboração própria com base em trabalho de campo e recolha documental feita por Pedro Azevedo

Portanto, só no território dos 8 municípios que atravessa o CPIS encontramos 15 eventos festivos ligados ao padroeiro São Tiago. São elas festas comunitárias nas quais a participação local é muito alargada à comunidade residente permanente e aos emigrantes que retornam para férias, são festas do mês de julho, verão, no mês de Santiago. E a relação acima mostra a conservação do legado jacobeu no território do CPIS. Este legado festivo não é exclusivo do CPIS e está também espalhado pelos municípios próximos ao CPIS, como por exemplo no caso da feira de Santiago em Armamar:

"Romaria a nossa Senhora das Dores e Feira de Santiago: 31 de maio. A romaria teve o seu início no primeiro domingo de setembro do ano de 1860.A feira que ali se realizava ficou famosa por se comercializarem produtos ligados à agricultura e à criação de gado no local. Em 1938, a Câmara Municipal, então presidida pelo Padre Fausto Guedes, viu-se forçada a mudar o dia da feira para

sábado, cedendo assim às pressões do clero que não via com bons olhos a feira ao domingo. A mudança deu origem a grandes protestos por parte das gentes da freguesia e de todo o Município. Chegou mesmo a intervir a Legião Portuguesa para garantir a ordem pública. Tudo se resolveu. Ainda se realizou à terça-feira, mas acabou por voltar a realizar-se aos domingos, como ainda acontece. A festa religiosa, por seu lado, perdeu muito do seu esplendor e resume-se hoje às celebrações litúrgicas simples no dia da santa, 15 de setembro. Local: Santiago, GPS: 41.076.890 -7.694.408" (TPNP, 2015: 17)

"Celorico de Basto: Festas Do Concelho em Honra de São Tiago, 25 e 26 de julho. As Festas do Concelho decorrem no fim de semana de 25 de julho e contemplam uma serie de atividades culturais, com enfase para o cortejo Etnográfico que envolve as associações, entidades e coletividades do concelho. Nesses dias, decorrem grandes concertos musicais com grupos nacionais. Neste âmbito, promove-se o folclore e os despiques de bombos. Local: Praça Cardeal D. António Ribeiro e Praça Albino Alves Pereira, GPS: 41.388080° N 8.000083° W" (TPNP, 2015: 38).

"Mondim de Basto: noite dos romeiros de Santiago. Noite de 24 para 25 de julho. A noite de 24 de julho foi escolhida pela Câmara Municipal para instituir a Noite dos Romeiros de Santiago, na tentativa de recuperar a ancestral romaria. E hoje, é um dos principais eventos das festas do concelho de Mondim de Basto. E vê-los: lindas moçoilas de lenço, de arrecadas de ouro e de gigas da merenda a cabeça, homens de colete, correntes de cavalinho e chapéu de três bicos com a estampa de Santiago. Esturdias, tocatas e ranchadas, acompanham os merendeiros na rua com petiscos genuínos e Vinho Verde de Basto e há bailarico até altas horas da madrugada. local: Núcleo Histórico - Jardim Municipal. GPS: 41°24'40.17''N 7°57'12.02''W. Contactos: Câmara Municipal de Mondim de Basto, tel.: 255 389 300, e-mail: geral@cm-mondimdebasto.pt, site: www.municipio.mondimdebasto.pt (TPNP, 2015: 73)

“Mondim de Basto: romaria de Santiago, 25 de julho. A Romaria de Santiago, que se perde na memória dos tempos, marca Mondim de Basto e o alto da Nossa Senhora da Graça, como o epicentro de toda a região. O pagamento das promessas anuais continua a ser a grande motivação dos romeiros. Chegam de noite a pé, animados pelas tocatas e pelo bucólico canto das mulheres de Basto. De madrugada sobem o monte sagrado para assistir as celebrações religiosas e profanas. Por rotas e caminhos de antiguidade regressam ao lar, cantando, dançando e fazendo a festa pelas localidades atravessadas. A sua existência estará, provavelmente, relacionada com as antigas rotas dos peregrinos que demandavam a Santiago de Compostela. Local: Senhora da Graça - Mondim de Basto, GPS: 41°24’59.01’’N 7°54’56.35’’W, contactos: Senhora da Graça, tel.: 255 381 404, e-mail: geral@senhoradagraca.pt, site: www.senhoradagraca.pt (TPNP, 2015: 73 -74).

d) Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo.
Em torno do CPIS não foi identificado nenhum elemento considerado património natural que se encontre diretamente ligado com o Caminho. Contudo, existe um diverso património natural em torno do CPIS que identificamos na tabela abaixo.

Tabela 17: Património natural existente ao longo do CPIS

Viseu	Monte de Santa Luzia com o seu património geológico e o Museu do Quartzo;
	Mata e Jardim Renascentista do Antigo Paço Episcopal do Fontelo;
	Área verde da Cava do Viriato;

Castro Daire	Penedo de Lamas de Moledo
	Mezio- Serra de Montemuro
Lamego	Estação da Biodiversidade de Campo Benfeito
	Parque Biológico e Serra das Meadas
	Alto Douro Vinhateiro
Peso da Régua	
Santa Marta de Penaguião	Serra do Marão
Vila Real	
	Serra do Alvão
	Jardim Botânico da UTAD
	Parque Florestal de Vila Real
	Escarpas do rio Corgo
Vila Pouca de Aguiar	Lagoa do Alvão / Falperra
	Pedra Bolideira do Alvão
	Parque Florestal de Vila Pouca de Aguiar e Mata da Carvalhada
	Parque de Pedras Salgadas - Ecoturismo & Spa Termal
	Parque do Vidago Palace
Chaves	Parque Florestal Lama da Fonte – Vilarinho das Paranheiras

Fonte: Elaborado pela Prof.a Dr.a Aurora Monzón (UTAD) com base em trabalho de campo e trabalho documental

As áreas com interesse de conservação atravessadas pelo CPIS são:

- PTCON0059 Rio Paiva ZEC 14.512,7 ha

Em *3.532,0 metros*

- PTCON0025 Montemuro ZEC 38782.6 ha

Em *15.529,0* m

- PTCON0003 Alvão/Marão foi divido o percurso em 2, denominado assim e PTCON0003 Alvão/Marão ZEC 2, visto que entra na ZEC, depois segue por fora e seguidamente volta a entrar na ZEC.

- PTCON0003 Alvão/Marão ZEC 58765.74 há. A Ponte que atravessa o rio Douro perto de Varais está também incluída nesta ZEC.

Em *4.738,0 m* uma parte atravessa e outra segue pelo limite da ZEC:

- PTCON0003 Alvão/Marão ZEC 2à volta a entrar a partir de Benagouro em: *18.550,0m*

Em total o percurso atravessa 3 ZEC (Zonas de Especial Conservação ao abrigo da Diretiva Habitats), dois sítios da Rede Natura 2000, num total de 42.349,0 m ou 42,35 km. Ainda uma parte está incluída na figura da Região Demarcada do Douro: Baixo Corgo.

e) <u>Artesanato tradicional: competências e conhecimentos para a sua produção.</u>

Se bem não encontramos no CPIS um artesanato tradicional facilmente classificável como PCI jacobeu, sim que indiretamente podemos destacar o

processo de fabrico do barro preto de Bisalhães (Vila Real), que é reconhecido pela UNESCO como PCI da humanidade desde 2016. Para mais informação recomendamos consultar a web https://ich.unesco.org/en/USL/bisalhaes-black-pottery-manufacturing-process-01199?USL=01199 e também a tese de doutoramento do Prof. Dr. Edgar Bernardo (2020): https://ria.ua.pt/handle/10773/28827 . Este artesanato e o seu universo cultural à volta apresenta, no nosso entender, um grande potencial de ligação ao desenvolvimento do CPIS, devido ao seu atrativo, funcionalidade, estética e elemento de emblematização identitária regional.

6. Conclusões: Reflexões sobre o potencial do PCI jacobeu.

A continuação apresentamos uma análise diagnóstica DAFO, também conhecido como FOFA ou SWOT, sobre a potencialidades estratégicas do CPIS e dos seus patrimónios culturais jacobeus. Nesta análise teremos em atenção o seguinte:

	Ajudam a atingir os objetivos (+)	Dificultam atingir os objetivos (-)
Fatores internos:	FORÇAS	FRAQUEZAS
Fatores externos:	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS

Será uma análise de avaliação externa feita durante e depois da inserção no terreno sob investigação e análise, portanto será feita “com um pé dentro e outro fora”. Esta análise implica quatro níveis de ação estratégica:

a) o de produtos e atrativos turísticos concretos;
b) o das políticas e programas municipais de desenvolvimento do turismo (análise de políticas e práticas);

c) o das potencialidades do CPIS como produto e experiência de turismo cultural, turismo patrimonial, turismo de interior, turismo de natureza, turismo de caminhadas, turismo religioso, turismo espiritual e turiperegrinação.
d) o da necessidade de uma comunicação nacional e internacional desta importante rota de peregrinação a Santiago de Compostela.

Na análise começamos pelas forças, seguiremos pelas fraquezas, atravessaremos as ameaças ou fatores externos que não conseguimos controlar e concluiremos a análise com as oportunidades, caminhos ou possibilidades para o desenvolvimento do CPIS.

Forças (Pontos fortes):

- Uma base histórica importante desta rota de peregrinação.
- A existência de um elevado património cultural jacobeu.
- A ligação e a coordenação técnica entre os municípios do CPIS.
- A importância do turismo nas webs municipais.
- A diversidade de ofertas de turismo rural da zona.
- As agendas municipais (ex. trimestrais) de eventos locais.
- Os produtos agroalimentares de qualidade reconhecida como DOP, IGP, DOC…
- O ciclo anual de feiras, festividades e eventos como complemento da atração de peregrinos.
- A vontade política local de consolidar o CPIS.
- A sinalética do CPIS.
- A beleza incomensurável das paisagens naturais que atravessa.
- O ser um produto e experiência turística e peregrina transnacional entre dois países irmãos.
- A não massificação do produto-experiência.
- A íntima ligação entre o CPIS e as termas da região (ex. Pedras Salgadas, Vidago, Chaves…).

- A juventude e dinâmica dos técnicos de turismo dos municípios.
- A candidatura do CPIS, junto com mais outros quatro caminhos portugueses, a património mundial da UNESCO.
- O apoio das associações de caminheiros locais.
- A integração do projeto na Federação Europeia dos Caminhos de Santiago (cf. http://www.saintjamesway.eu/) e na Federação Portuguesa do Caminho de Santiago.
- O momento inicial do ciclo de vida deste produto e experiência turiperegrina, que leva a que não esteja massificado e permita criar um espaço de reflexividade e de viagem interior.
- A íntima conexão com a natureza e a diversidade de paisagens como novos pontos de interesse sacral.
- A possibilidade, enquanto rota transnacional, de viver a diversidade ibérica, europeia e mundial de uma forma intercultural e fraterna.
- A articulação entre peregrinação, turismo e espiritualidade.
- As possibilidades que oferece para conhecer as paisagens rurais e rururbanas do centro e norte de Portugal e da Galiza (Espanha).
- A vivência compreensiva de um passado presente.
- O processo de certificação oficial da rota pelo Turismo de Portugal e a Direção Geral do Património Cultural.

Fraquezas (Pontos fracos)

- Baixo número de peregrinos a frequentar o CPIS, o que implica uma baixa perceção local do valor do CPIS. “Sem peregrinos não há caminhos” (Paulo Almeida Fernandes, 10-1-2019, Encontro científico sobre o CPIS na UTAD em Vila Real).
- Alguns problemas de sinalização nalguns pontos, bem por falta de setas amarelas ou vandalização de sinais. Vejamos alguns exemplos etnográficos do afirmado:

> "Em 26-03-2016 percorremos este troço da rota, que se inicia oficialmente na fronteira com o município de Tondela, cerca do centro Hípico Montebelo, na freguesia de São Miguel, um ponto no qual desapareceu o primeiro sinal, talvez vandalizado, o que dificulta e cria ansiedade no peregrino. Começamos a caminhar pelas 9.30 horas e num cruzamento tinham roubado o sinal do caminho, após 30 minutos de caminhada atingimos a aldeia de Farminhão (município de Viseu), na qual não encontramos indicações sobre a localização do albergue. Até lá o caminho decorre por caminhos de terra batida, pouco alcatrão e estrada" (Diário de campo, 26-03-2016).

> "Magueija celebra a sua festa de São Tiago, no fim de julho. Na aldeia de São Tiago (freguesia de Magueija), o caminho passa após Vila Nova, ainda que há muita confusão na sinalética e por momentos desaparece. Ali há duas figuras de Santiago, uma de Santiago peregrino em madeira no altar maior e outra em pedra, também do Santiago peregrino, com cabaça e uvas, na entrada sul da igreja. Segundo vários locais com os que conversamos, o caminho de Santiago discorre de Vila Nova, por São Tiago, desce pela estrada e a Calçada de Frades, aldeia de Matanças, N-2 e Penude. Há uma grande confusão de sinais neste troço, e desaparecem em muitos troços, caminha-se pela estrada, o que resulta muito duro e perigoso, além da ansiedade que cria a má sinalética. A duração da caminhada foi de 8 horas" (Diário de campo, 8-07-2016).

> "Fontelo – Almargem: O traçado está mal sinalizado… a travessia do rio Vouga é perigosa, pois é feita pela estrada nacional, via com muito tráfego automóvel e quase sem bermas" (Almeida Fernandes, 2018: 121).

Outro problema importante é a longitude e dificuldade orográfica de algumas etapas "oficiais", especialmente a de Penude (Lamego) até Bertelo (Santa Marta de Penaguião). A falta de albergues intermédios obriga às vezes a procurar alojamento alternativo em residenciais e hotéis que estão à volta do caminho, o

que por outro lado contribui para distribuir territorialmente a riqueza gerada pela caminhada. Portanto são precisos alguns albergues ou outro tipo de alojamentos orientados a turiperegrinos com distâncias entre eles de 20-25 quilómetros.

A falta de passadeiras de peões para atravessar estradas em zonas urbanas como a cidade de Vila Real, e também a falta de berma e caminho seguro para caminhar à beira da estrada N-2, por exemplo desde Escariz até Vilarinho de Samardã (Vila Real), o que converte a caminhada em uma atividade perigosa face ao intenso trânsito da estrada. Estamos a falar de caminhada, mas o mesmo se aplica aos bicigrinos, isto é, aos peregrinos que fazem uso da bicicleta. Vejamos um exemplo etnográfico disto:

> "Em 29-01-2016 fizemos esta etapa, que se inicia na cidade de Vila Real e tem duas possibilidades. A primeira é seguir pela rota oficial assinalada e a segunda é caminhar ou andar em bicicleta pela antiga linha do comboio entre Vila Real e Chaves. A primeira sai do Largo da Câmara Municipal de Vila Real, na Avenida Carvalho Araújo (ao pé da Loja interativa de Turismo, onde carimbam a credencial de peregrino) e segue inicialmente um percurso urbano bem sinalizado com setas amarelas e sinais metálicos, atravessa por um passo inferior a IP-4, passa em Parada de Cunhos, São Dinis, São Pedro, Nossa Senhora da Conceição, Borbela, Adoufe, Escariz (igreja de Santa Bárbara). Benagouro (capela de Santa Ana) e Vilarinho de Samardã. À saída de Escariz não é fácil de visibilizar o desvio à direita por caminhos de terra batida mais seguros do que a estrada N-2, na direção de Benagouro.
>
> Vilarinho de Samardã é a aldeia onde o famoso escritor Camilo Castelo Branco passou a sua mocidade, a capela de Santo Afonso coroa a aldeia e as vistas da cidade de Vila Real e o vale do Corgo. Também conta com um pequeno café e um restaurante (Adega Passos Perdidos). A primeira parte deste percurso deve ser percorrida com muito cuidado do trânsito rodoviário, e a partir de Escariz o percurso discorre em parte pela N-2, o que torna muito perigosa a caminhada, pois falta berma adequada e distância de segurança face aos muitos carros e camiões que passam nessa estrada.

A segunda possibilidade é recomendada em tempo de inverno, deve iniciar-se na antiga estação de comboios de Vila Real e passa por contornos urbanos e rururbanos até Abambres, logo Fortunho e finalmente atinge o antigo apeadeiro dos comboios em Samardã. O percurso está muito cuidado pela Câmara Municipal de Vila Real e é utilizado por ciclistas e locais, não apresentando especiais dificuldades para um caminheiro iniciado. A distância total é de cerca de 12 quilómetros. Ao chegar ao apeadeiro de Samardã encontramos um problema e é o facto de chegar ao meio da "nada", isto é, não há albergues nem alojamento nas proximidades. Temos duas possibilidades, ou seguir caminho a pé ou em bicicleta até ao concelho vizinho de Vila Pouca de Aguiar ou baixar ao rio Corgo e subir até a aldeia de Samardã, onde um carro de apoio poderá levar-nos novamente até Vila Real para alojamento" (Diário de campo, 29-01-2016).

A incompatibilidade entre o Caminho e atividades como montarias de caça (matilhas) nos contornos do caminho como as vividas por nós na etapa de Samardã-Pedras Salgadas. Este conflito de usos e significados da rota é preciso solucioná-lo e geri-lo desde as políticas públicas, pois afeta negativamente à imagem e experiência desta rota transnacional de peregrinação. Para ilustrar este tipo de problemas podemos ler o nosso registo etnográfico em diário de campo:

"Em 30 de janeiro de 2016 saímos de Samardã pelas 11.50 horas e passamos ao pé de um grande eucalipto com um placar comemorativo da visita do Primeiro-Ministro Cavaco Silva em 1994, e também ao lado da casa de Camilo Castelo Branco. Descemos ao rio Corgo por um caminho estreito, calcetado e cheio de água, atravessamos uma pontinha de ferro e subimos até a antiga linha dos comboios Vila Real – Chaves, quando na subida final um caçador com caçadeira gritou-nos e disse-nos para sair de ali que estavam numa montaria de javali e que íamos morrer, que era perigoso e que voltássemos para trás e para fora do caminho pelo qual caminhávamos.

Íamos pelo caminho de Santiago disse-lhe em voz alta. Logo ele disparou um tiro ao ar para nos assustar. Atingimos a linha e continuamos a pé, sempre vigiados, durante pelo menos três quilómetros, pelos caçadores" (Diário de Campo, 30-01-2016).

Os riscos físicos no percurso: caminhos que se estreitam, caminhos atravessados por riachos, ameaças de cães, etc. e que tornam em "aventura" a experiência peregrina. Estes riscos foram identificados e geolocalizados mais acima. Assim exemplificamos estes exemplos na nossa etnografia:

"Em 10-07-2016 percorremos este troço após ter acordado cedo. Começamos a caminhar pelas 8.03 horas. Os primeiros passos discorrem pela vila de Santa Marta, à beira das Piscinas, os Bombeiros e logo o caminho corta em direção à Quinta de Lamego, primeira subida do dia, a temperatura já com 22 grados centígrados. Continuamos a subida entre vinhedos e deixando Santa Marta atrás; logo caminhamos pelo Caminho dos Torneiros, próximos de Serandelo, e seguidamente descemos por um caminho à beira de um ribeiro afluente do rio Aguilhão. O trajeto tornou-se difícil, angusto e estreito, com muita pendente e vegetação, perigoso, com risco de desprendimentos. Esta parte é muito difícil para bicicletas, e por cima sem sinalética adequada, que só aparece cerca da desembocadura do ribeiro, onde o caminho já se torna mais limpo e cuidado" (Diário de campo, 10-07-2016).

Outra fraqueza é a falta de informação *online* mais completa e agregada sobre o CPIS, além da falta de guias detalhados e pormenorizados sobre a rota do CPIS orientados aos potenciais peregrinos internacionais. A web feita pela UTAD (https://cpis.utad.pt/) e resultado do projeto Interreg-Poctep "Geoarpad" (https://www.geoarpad.eu/pt-pt) permite colmatar um pouco essa falta de informação, e que neste momento está a ser partilhada com os municípios e outros agentes sociais locais.

Ameaças (Fatores ou forças externas)

- As dificuldades de acessibilidade ao interior de Portugal através de transporte público (ex. desde o litoral e até alguns pontos de início da rota).
- A falta de ligações diretas com o aeroporto Sá Carneiro do Porto para transportar peregrinos para o CPIS.
- O desconhecimento externo e internacional da existência do próprio CPIS.
- A não contabilidade e correto registo dos peregrinos do CPIS pela "Oficina do Peregrino da Catedral de Santiago de Compostela".
- A situação mundial de pandemia pelo coronavírus e a doença COVID-19.

Oportunidades (Potencialidades)

- A celebração do próximo Ano Santo Compostelano 2021 – Xacobeo 2021 e o seu prolongamento a 2022.
- O aumento da procura dos caminhos portugueses de Santiago e as possibilidades de remotivação dos peregrinos para realização do CPIS.
- A nova valorização simbólica do interior de Portugal
- A colaboração entre a UTAD, os municípios e o projeto oficial do CPIS.
- A internacionalização do CPIS e a cooperação com outros Caminhos de Santiago.
- A situação pandémica global e a oportunidade de atrair e cativar peregrinos para o interior de Portugal, num ambiente natural seguro e calmo.
- A criação de um projeto de turismo cultural inclusivo e adequado aos destinos de interior, desde os agentes locais e com apoios e relações glocais.
- A possibilidade de participar em feiras internacionais que promovam o CPIS.

- A certificação oficial, em processo, do CPIS, como Caminho de Santiago.

Bibliografia citada

-Adrião, Vítor Manuel (2011). *Santiago de Compostela: Mistérios da Rota Portuguesa*. Lisboa: Dinapress.

-Agudo, Juán (1997). Patrimonio Etnológico. Problemática en torno a su Definición y Objetivo. *PH Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 18*, 97-108.

-Agudo, Juán e Fernández, Esther (1999). Patrimonio cultural y museología: significados y contenidos. En Asociación Galega de Antropoloxía (Ed.), *Tomo 7 Patrimonio cultural y museología: significados y contenidos* (7-15). Santiago de Compostela: Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español (FAAEE).

-Almeida Fernandes, Paulo (2014). *Caminhos de Santiago, Coleção Portugal, Caminhos de Fé*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja – Turismo de Portugal.

-Almeida Fernandes, Paulo (2018). *Guia dos Caminhos de Santiago*. Porto: Porto Editora.

-Baquero Moreno, Humberto (1986). Vias portugueses de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. *História. Revista da Faculdade de Letras, 3,* 77-89.

-Bardin, Laurence (2003). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

-Bertrand Cabral, Clara (2011). *Património Cultural Imaterial*. Lisboa: Edições 70.

-Bernardo, Edgar (2020): Patrimonialização e turismo cultural no Douro: o caso do barro de Bisalhães. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de doutoramento em Turismo inédita, em https://ria.ua.pt/handle/10773/28827

-Brochado de Almeida, Carlos Alberto; Gomes de Abreu de Lima, João e Gorjão de Almeida e Silva, Lourenço António (2007): "XII. De Coimbra a Chaves, por Viseu y Lamego", em Vázquez Portomeñe, Antonio Segundo (coord.): La gran

obra de los caminos de Santiago – Iter Stellarum, vol. X – Caminho Português II. A Coruña: Hérculer de Ediciones, pp. 328-379.

-Brochado de Almeida, Carlos Alberto e Brochado de Almeida, Pedro M. (2011). *Caminhos Portugueses de Peregrinação. O Caminho do Litoral para Santiago*. Maia, ISMAI- CEDTUR – CETRAD.

-Carreiro, Paco (2007). *Un peregrino en Melide. Os Bolechas van de viaxe*. Vigo: Promocións culturais galegas SA.

-Carrera, Gema (2017). Patrimonio inmaterial: reduccionismos, instrumentalizaciones político y económicas y conflictos de apropiación simbólica. *Revista andaluza de Antropología, 12*, 1-30.

-Cruz, António (1973): "O velho "Caminho Português" de Santiago, em Tempos e Caminhos. Porto: Universidade do Porto - FLUP, pp. 37-50, online em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/13600.pdf

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (1995). *Caminhos Portugueses de Peregrinação a Compostela. Itinerários portugueses* (Identificação dos caminhos e coordenação da investigação). Santiago de Compostela/Porto, Xunta de Galicia/Centro Regional de Artes Tradicionais.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (2001). *Santiago em Portugal. A devoção e a peregrinação*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Gaia.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (2005). O Caminho português: património e etnografia. In Pardellas, X. (dir.), *Turismo religioso: o Camiño de Santiago* (pp. 49-84). Vigo: Universidade de Vigo.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (2011). A devoção e a peregrinação jacobeias em Portugal. *Ad Limina, II*, 85-114.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (2013). A devoção e a peregrinação jacobeias em Portugal (II). *Ad Limina, vol. IV,* 117-152.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, A. (2014). A devoção e a peregrinação jacobeias em Portugal (II). *Ad Limina, IV*, 117-152.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (2014). Mestre Aquilino e o Caminho de Santiago. *Ad Limina, V*, 165-179.

-Cunha Magalhães Ribeiro da, Arlindo (2019). "O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela", em Pereiro, Xerardo (coord.) (2019): Património cultural jacobeu, turismo e peregrinação. *O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela*. La Laguna: PASOS Edita, pp. 5-35. Online em: http://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/173-numero-25-patrimonio-cultural-jacobeu-turismo-e-peregrinacao-o-caminho-portugues-interior-de-santiago-de-compostela-cpis

-Eixo Atlântico (ed.) (2015). *Caminho de Santiago. Estudo dos traçados no Norte de Portugal*. Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Recuperado de https://www.eixoatlantico.com/es/noticias/eixoatlantico/3668-el-gobierno-de-portugal-pone-en-marcha-organo-de-coordinacion-nacional-del-camino-de-santiago

-Elliot, Alcice; Norum, Roger e Salazar, Noel B. (2018). *Methodologies of Mobility: Ethnography and Experiment*. New York: Berghan Books.

-Eriksen, Thomas Hylland (2001). "Between universalism and relativism: a critique of the UNESCO concept of cultura", in Cowan, J. K; Dembour, M. B. y Wilson, R.A. (eds.): Culture and Rights. Anthropological Perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 127-149.

-Federação Portuguesa do Caminho de Santiago (ed.) (2021). *Caminho Português Interior de Santiago. Dossier de Certificação do Itinerário*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (inédito).

-Fernandes, Paulo (2014). *Caminhos de Santiago*. Lisboa: Editora do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.

-Fernandes, Paulo (2018). *Guia dos Caminhos de Santiago*. Porto: Porto Editora.

-Fraguas, Antonio (1989). *Romarías e Santuarios*. Vigo: Galaxia.

-Galani-Moutafi, Vasiliki (1999). "The Self and the Other Traveller, Ethnographer, Tourist", em *Annals of Tourism Research*, 27, 1, 203-224.

-Gomes, Carlos; Losada, Nieves e Pereiro, Xerardo (2019). "Motivations of pilgrims in the Portuguese Inner Way to Santiago de Compostela", em *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*, vol. 7 (II), pp. 31-40.

Online em: https://arrow.dit.ie/ijrtp/ E também em https://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1294&context=ijrtp

-Gonçalves de Freitas, Deolinda (2018): Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural. Braga: Universidade do Minho. Tese de mestrado online em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59783/1/Deolinda%20Gon%c3%a7alves%20de%20Freitas.pdf

-Gonçalves de Freitas, Deolinda; Pazos-Justo, Carlos e Samartim, Roberto (2021): "Perceção e Realidade dos Impactos do Caminho Português Interior a Santiago na atividade comercial da cidade de Chaves: Análise sobre parâmetros da economia, a interação, a identidade local e as políticas públicas", em *ROTUR*, Revista de Ocio e Turismo, vol. 15(1), pp. 59-77. Online em https://revistas.udc.es/index.php/rotur/article/view/rotur.2021.15.1.7029

-Hernández i Martí, Gil Manuel; Martí, Santamarina, Beatriz; Moncusí Ferré, Albert e Albert Rodrigo, Maria (2005). *La memoria construida. Patrimonio Cultural y modernidad*. Valencia: Tirant lo Blanch.

-Hooper-Greenhill, Eilean (1991). *Museum and Gallery Education*. Leicester: Leicester University Press.

-Leite de Vasconcelos, José (1983). *Cancioneiro Popular Português*, vol. III. Coimbra: Universidade de Coimbra.

-Leite de Vasconcelos, José (1986). *Tradições populares em Portugal*. Lisboa: INMC.

-Lois González, Rubén et al. (coords.) (2014). *New tourism in the 21st century: culture, the city, nature and spirituality*. Cambridge: Cambridge University Press.

-Margry, Peter J. (ed.) (2008). *Shrines and Pilgrimage in the Modern World. New Itineraries into the Sacred*. Amsterdam: Amsterdam University.

-Marques, José (1992). O culto de S. Tiago no Norte de Portugal. *Lusitânia Sacra,4*, 99-148.

-Mota Figueira, Luís (2013). *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

-Mouro Pinto, José (2019). *Um Homem do caminho*. Santa Maria da Feira: Letras e Coisas.

-OMT (ed.) (1999). *Guía para Administraciones Locales. Desarrollo Turístico Sostenible*. Madrid: OMT.

-Parafita, Alexandre (2006). *A Mitologia dos Mouros: Lendas, Mitos, Serpentes, Tesouros*. Alfragide: Gailivro. Online em https://lendarium.org/en/apl/rocks/legend-of-the-white-horse-ridden-by-santiago-de-compostela/

-Pereiro, Xerardo (2017). "Turiperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela", em *Revista Turismo e Desenvolvimento - Journal of Tourism and Development*, vol. 27/28, pp. 413-423. ISSN: 1645-9261; e-ISSN: 2182-1453. Online em: http://revistas.ua.pt/index.php/rtd/article/view/6816/5325 E em: https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9903

-Pereiro, Xerardo (2018). "Ancient ways, new cultural tourism routes: The Inner Portuguese Way to Santiago de Compostela", em Gómez Pellón, Eloy (ed.): *Rural Worlds, Social Sustainability and Local Landscapes in Globalisation Era. Case Studies in Southern Europe*. Iruña: Thompson Reuters – Aranzadi, pp. 289-315.

-Pereiro, Xerardo e Gómez-Ullate, Martín (2018). "Pilgrimage Tourism and Cultural Route Team Ethnographies in the Iberian Peninsula: A Collaborative Study", em Andrews, Hazel; Dixon, Laura e Jimura, Takamitsu (eds.): *Tourism Ethnographies*. London: Routledge, pp. 112-127.

-Pereiro, Xerardo (coord.) (2019a). *Património cultural jacobeu, turismo e peregrinação. O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela*. La Laguna: PASOS Edita. Online em: http://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/173-numero-25-patrimonio-cultural-jacobeu-turismo-e-peregrinacao-o-caminho-portugues-interior-de-santiago-de-compostela-cpis

E em: https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9901

-Pereiro, Xerardo (2019b). “Turismo y peregrinación, dos caras de la misma moneda: El Camino Portugués Interior de Santiago de Compostela”, em *Cuadernos de Turismo*, vol. 43, pp. 407-434. Online em: https://revistas.um.es/turismo/article/view/374871/262061

-Pereiro, Xerardo (2019c). “Tourism and pilgrimage, two sides of the same currency: the Portuguese inland way of St James”, em *Cuadernos de Turismo*, vol. 43, pp. 613-616. Online em https://revistas.um.es/turismo/article/view/374871/262071

-Pereiro, Xerardo e Azevedo, Pedro (2020). “El model CICATUR aplicat als patrimonis culturals del Camí Interior de Santiago de Compostela”, *em Revista de Etnologia de Catalunya (REC)*, nº 44, pp. 148-161. ISSN: electronico: 2014-6310, em papel: 1132-6581. Online em https://cultura.gencat.cat/web/.content/cultura_popular/07_publicacions/rec/SD_REC_44.pdf Ver em: https://www.raco.cat/index.php/RevistaEtnologia E em: https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9902

-Pereiro, Xerardo (2020): “Antropologia da turiperegrinação no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela (CPIS)”, em *Atas do Congresso Internacional “A Casa Nobre: Um património para o futuro”*, Arcos de Valdevez (Portugal), 2-12-2017. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, pp. 1079-1090. ISBN: 978-972-9136-87-0. Online em https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/actas-do-congresso-internacional-casa-nobre-um-patrim%C3%B3nio-para-o-futuro

Descarga direta em: https://drive.google.com/drive/folders/1Q_4GJeLDJuvIH9SkqdHjdxDAMTDbynZg

-Pereiro, Xerardo e Prado, Santiago (2021). *Patrimonio etnológico. Visiones antropológicas*. Madrid: Editorial Síntesis.

-Pombo, Antón (2020). “Camino Portugués del Interior: un Tesoro olvidado”, em Groze, online em https://www.gronze.com/articulos/camino-portugues-interior-un-tesoro-olvidado-20876

-Risco, Vicente (1961). *Leria*. Vigo: Galaxia.

-Quintero, Victoria (2003). El patrimonio inmaterial: ¿intangible? Reflexiones en torno a la documentación del patrimonio oral e inmaterial. En E. Hernández e V. Quintero (Coords.), *Antropología y patrimonio: investigación, documentación y difusión* (pp. 144-158). Granada: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura / Editorial Comares.

-Roigé, Xavier; Mármol, Camilla & Frigolé, Joan (eds.) (2014). *Construyendo el patrimonio cultural y natural. Parques, museos y patrimonio rural*. Alzira (Valencia): Germania.

-Salavessa, Maria Eunice (2019). "Capítulo 2 Iconografia Jacobeia no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela: proteção dos bens culturais da Igreja", em Pereiro, Xerardo (coord.) (2019a): *Património cultural jacobeu, turismo e peregrinação. O Caminho Português Interior de Santiago de Compostela*. La Laguna: PASOS Edita, pp. 37-57. Online em: http://www.pasosonline.org/es/colecciones/pasos-edita/173-numero-25-patrimonio-cultural-jacobeu-turismo-e-peregrinacao-o-caminho-portugues-interior-de-santiago-de-compostela-cpis
E em: https://repositorio.utad.pt/handle/10348/9901

-Serrão, Veríssimo (1973). "Os Caminhos Portugueses de Santiago", em *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. VII, pp. 3-16.

-Torres Feijó, Elias J. (2019). *Bem-estar comunitário e visitantes através do caminho em Santiago. Grandes narrativas, ideias e práticas culturais na cidade*. Santiago de Compostela: Andavira.

-TPNP (Turismo do Porto e Norte de Portugal) (ed.) (2015). *Festas e romarias. Norte de Portugal.* Viana do Castelo: TPNP. Online em http://www.portoenorte.pt/fotos/guias/festas_e_romarias_norte_de_portugal_18697390295cf7e1686240e.pdf

-Tranoy, Alain (1981). *Le Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dan l´Antiquité.* Paris: Publications du Centre Pierre Paris, Diffusion de Boccard.

-UNESCO (2003). *Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial*. Recuperado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_spa

-Vale, Luís (2011). As novas paisagens rurais no interior de Portugal. In *Actas de la Mesa de Trabajo "Antropología y Nuevas Ruralidades"*, do XII Congresso de Antropologia da FAAEE (sem páginas). León: FAAEE.

-Vázquez Mao, Xoán (ed.) (2009). *Caminhos de Santiago. O Caminho que conduz a mais destinos*. Vigo: Tórculo.

-Vázquez Portomeñe, Segundo (coord.) (2004). *La gran obra de los Caminos de Santiago (vol. I-XI)*. A Corunha: Editorial Hércules.

-Velasco, Honorio (2012). Las amenazas y riesgos del patrimonio mundial y del patrimonio cultural inmaterial. *Anales del Museo Nacional de Antropología, XIV*, 10-28.